

JOGOS AFRICANOS



2.ª edição

**JAIME
NOGUEIRA
PINTO**



A GUERRA DOS QUINZE ANOS

Irmãos inimigos

A RENAMO nasce, no terreno, em princípios de 1977. E nasce de um conjunto de razões, circunstâncias, vontades, sentimentos e ressentimentos. Nasce da nova conjuntura geopolítica regional, com a Rodésia da UDI desejosa de exercer represálias e de contrabalançar santuários e apoios para a ZANU-PF no território moçambicano. Nasce também do descontentamento de uma parte substancial da população rural, sobretudo do centro norte do país, em relação às políticas socialistas da FRELIMO e ao seu modo de execução. Nasce ainda da resistência às perseguições contra os antigos soldados moçambicanos do exército português, especialmente aos GEs (Grupos Especiais) e GEPs (Grupos Especiais Para-quedistas), forçados a esconderem-se e a fugir para as matas. E nasce por fim do desejo de retaliação e de mudança de uma parte dos colonos, entretanto refugiados na África do Sul.

A rapidez dos acontecimentos depois do 25 de Abril e do 7 de Setembro seria também decisiva. O vazio brusco deixado pelas estruturas militares, políticas e administrativas portuguesas, que a partir de Lu-saka e da constituição do governo de transição se evaporaram, foi ocupado à pressa pelos guerrilheiros da FRELIMO. E o movimento

armado, formado, a nível de cúpula, por intelectuais e quadros académicos híbridos ou mestiços e por uma forte ala de combatentes e de operacionais negros, com predominância de shanganes e macondes, não teve tempo nem condições para criar o Estado ou, sobretudo, para enquadrar o país. Foi desta FRELIMO, que em Abril de 1974 não passara para sul do Zambeze, que saíram o partido, a administração civil e os quadros que vieram substituir os 250 000 portugueses em êxodo forçado e acelerado - num país de cerca de dez milhões de habitantes, com 2700 quilómetros de costa e mais de 700 000 quilómetros quadrados de superfície. Um dos mais belos e variados países do mundo, em termos de paisagem e de regiões naturais.

O descontentamento com as políticas da FRELIMO, sobretudo no meio rural, conservador e tradicional, teve um saldo favorável para a oposição. A Flower e ao CIO bastou-lhes juntar as peças e armar e treinar quadros.

O primeiro chefe da RENAMO, André Matsangaíssa, era um dissidente da FRELIMO. Como punição pela dissidência, é levado, no dia 15 de Setembro de 1976, para o campo de reclusão do Sakuzi, na Gorongosa, de onde se consegue evadir. Depois da fuga, organiza uma expedição contra o mesmo campo e resgata 400 prisioneiros, que o seguem para a então Rodésia. Destes 400, só pouco mais de 25 acabam por lá chegar.

São estes os primeiros guerrilheiros da RENAMO e é aqui que nasce a resistência em Moçambique. Afonso Dhlakama conta assim os primórdios da RENAMO e da sua luta:

«Éramos todos militares da FRELIMO: eu, chefe provincial da intendência, o André, comandante de um destacamento de engenharia. Formávamos um grupo de descontentes que entenderam rapidamente que o rumo político que o país seguia era muito errado. A FRELIMO já nos tinha identificado e andava em cima de nós. Faltava apenas motivo para nos prender. O André foi preso por alegarem que tinha roubado um motor — mas na realidade as razões eram políticas.

Ora nós tínhamos combinado que tínhamos que arranjar armas para fugirmos do exército e começarmos a disparar. Tínhamos também

combinado que, se um do grupo fosse preso, os outros continuariam até conseguirem as armas necessárias para iniciarem a resistência e ir libertá-lo.

Como o André tinha sido preso há já algum tempo e nós estávamos vigiados e não conseguíamos arranjar armas suficientes, fizemos chegar a mensagem para que ele fugisse com a ajuda de alguns familiares que eram da zona de Sakuzi, onde estava o campo de reeducação.

O André nasceu na zona da fronteira da província de Manica com a Rodésia, falava o shona e conhecia muito bem a zona fronteiriça. Alguns familiares nossos da zona da Gorongosa ajudaram o André a fugir, isto em Dezembro de 76, e o plano era ele fugir para a Rodésia. O André fugiu para a casa de familiares seus, na província de Manica, localidade de Chirara, que se situa a cerca de 500 metros da fronteira. Esteve em Chirara 10 dias a fazer o reconhecimento do terreno e a ver qual seria a melhor rota para ir para a Rodésia.

Quando saiu de Moçambique e entrou na Rodésia foi preso pelas autoridades rodesianas e ficou 15 dias detido a ser interrogado. Queriam saber se ele era um espião ao serviço do Mugabe e da FRELIMO.

O André, que era um jovem forte e determinado, informou-os que não era nada disso e foi insistindo em dizer que tinha um grupo de jovens militares das FPLM que estavam na Beira e que precisavam de armas para lutar contra a FRELIMO.

Numa primeira fase, os rodesianos recusaram apoiar porque diziam que não tinham essa política, que isso para eles não era nada. Depois de algum tempo, em que o André, depois de solto, ficou na Rodésia e era vigiado, os rodesianos pediram-lhe que trabalhasse para eles. O André primeiro recusou e nunca disse os nossos nomes. Mas depois entendeu que era uma forma de o testarem e acabou por aceitar. Começou a trabalhar para os rodesianos na área das informações e entrava em Moçambique com muita frequência para identificar bases e apoios da ZANU. Também não tinha muitas alternativas, porque era jovem, queria começar a luta contra a FRELIMO e precisava de apoios. Aqui o André já fala em alguns dos nossos nomes e diz que era preciso trazer o Afonso (eu) para a Rodésia, para treinamento.

Tudo isto ocorre no primeiro trimestre de 77 e eu, nessa altura, continuava na Beira, mas tinha comunicação com o André. Era eu que,

por causa do cargo que ocupava, fornecia armamento aos guerrilheiros do Zimbabué.

Só nos finais do mês de Abril de 77 é que a Rodésia aceita apoiar a criação de um movimento de resistência ao comunismo em Moçambique, que viria a ser a RENAMO. Nos finais do mês de Abril de 77, a Rodésia dá duas armas ao André, duas AK-47.

O André recrutou dois rapazes moçambicanos, antigos militares da FRELIMO que tinham fugido de Moçambique e estavam na Rodésia a trabalhar nas 'farmas'. Era o Manuel Matumbura Labssone, natural do Dondo, de etnia Sena, e o Marcos Amade, de Catandica, distrito do Báruè. No dia 6 de Maio de 1977, o André Matsangaíssa e os dois recrutados entraram em Moçambique, dirigiram-se ao campo de reeducação de Sakuzi, na Gorongosa, onde o André tinha estado e por isso conhecia bem, e tomaram de assalto o campo. Queimaram todas as instalações, que eram de material tradicional, e trouxeram mais de 400 pessoas com destino à Rodésia.

Destas 400 pessoas, o André conseguiu chegar à Rodésia com pouco mais de 25, porque muitas delas não quiseram ir, preferiram arriscar e voltar para as suas aldeias.

Este grupo de pouco mais de 25 pessoas, com mais alguns moçambicanos, muito poucos, que foram recrutados na Rodésia, foi o primeiro grupo de recrutados da RENAMO.

Na madrugada de 6 para 7 de Maio, eu sou preso na Beira. Fiquei 4 dias preso e fui interrogado várias vezes.

Logo que saí, dirigi-me a casa dos meus pais, em Magunde, Chi-babava, para me despedir e informar que ia para o mato combater a FRELIMO. A minha mãe reagiu muito mal, chorou muito e disse que ia perder um filho, mas o meu pai encorajou-me muito.

Em Julho de 77, deixei a cidade da Beira e comecei a minha viagem para me juntar ao André, na Rodésia. Estive primeiro 17 dias na vila de Manica, no Hotel Guida, para reconhecer o terreno e ver qual a melhor forma e o melhor local para atravessar a fronteira.

No dia 1 de Agosto de 77, saí da vila de Manica e entrei na Rodésia, na madrugada de 1 para 2 de Agosto, levando comigo dois jovens militares das FPLM: o João Gaspar, de Sofala, de etnia Ndau, e o Alexandre Vida, de Tete, de etnia Nhungué. Levamos connosco 4

pistolas e atravessamos a fronteira na zona de Cbimesa, Penbalonga. Pouco depois de entrarmos na Rodésia fomos presos, para investigações, porque o André tinha informado os rodesianos que eu estava a caminho.

Estive detido na cidade de Mutare para investigações durante cerca de duas semanas, sem que o André tivesse conhecimento. Eles queriam testar e ver quem era o tal Afonso de quem o André falava tanto.

Entretanto o André estava a treinar o grupo que tinha libertado do centro de reeducação da Gorongosa, mas em muito fracas condições.

Quando, depois de os rodesianos terem verificado que eu era mesmo o tal Afonso, me encontrei com o André, foi um momento muito emocionante, e ele nem queria acreditar que eu estava ali com ele.

Depois de algumas reuniões do André e minhas com os rodesianos, eles concordaram em arranjar um campo de treino permanente, na zona de Hozì, para treino dos futuros guerrilheiros da luta pela democracia em Moçambique.»

Treinados na Rodésia e armados e assistidos pelo CIO e pelas forças especiais, os guerrilheiros da RENAMO têm o seu QG no sopé da Gorongosa e a sua *homeland* na província de Manica, a oeste, enclavada entre Sofala e o Zimbabué.

Este complexo logístico-militar, na periferia do maciço da Gorongosa, cerca de 50 quilómetros a norte do curso do rio Pungué e no coração das montanhas de Sofala, foi montado pela RNM, com o apoio dos SAS (Special Air Service) rodesianos, a partir de 1979. Com os seus picos a mais de 2000 metros de altitude, a Gorongosa é uma zona de florestas, colinas e vales, cortada por numerosos cursos de água, bem coberta pela vegetação de qualquer observação aérea. E de difícil acesso. Às vezes, o topo do planalto emerge algumas centenas de metros acima das nuvens, assumindo uma aura mágica e mística aos olhos dos habitantes da região. E aos de qualquer mortal.

Foi desta base que, em Outubro de 1979, partiu André Matsangaíssa para combater as tropas da FRELIMO e não mais voltar. A sucessão do líder morto em combate veio recair no seu número dois, Afonso Dhlakama. Enquanto Matsangaíssa era um operacional com o carisma de chefe à flor da pele, a ponto dos populares identificarem com

ele o movimento (e chamarem aos homens da RNM «os Andrés» ou «os Matsangas»), Dhlakama é um homem baixo de estatura, com óculos e com a capacidade de comando mais baseada na persuasão e na palavra.

«Na altura, o movimento, dentro da sua orgânica, tinha um conselho militar, composto pelos comandantes das bases e dos grupos de guerrilheiros, que reuniu de emergência na Gorongosa no dia 21 de Outubro. Como era natural num movimento ainda muito jovem, composto por militares também muito jovens, eu, como adjunto do comandante André Matsangaíssa, fui escolhido para o suceder.» Conta Dlhakama. E continua: *«Logo nos meus primeiros tempos como comandante da RENAMO, tive de enfrentar a maior crise do movimento porque, logo a seguir à morte do André, o desânimo foi grande entre os guerrilheiros e tivemos cerca de 70% de deserções. Fiquei praticamente só com os recrutas e tivemos que começar tudo praticamente do zero.»*

Quando o André morre, a RENAMO tem quase 2000 guerrilheiros, já bem implantados nas províncias de Manica e Sofala, mas com a morte em combate do comandante, o moral ficou de rastos.»

Mas, em pouco tempo, Dhlakama ganha a luta pelo poder.

«Logo no mês de Outubro», diz ainda o Presidente da RENAMO, «concebi e comecei a implementar um plano muito agressivo de recrutamento de guerrilheiros. Na base desse plano, que eu sabia ser de importância vital para a sobrevivência do movimento e para honrar a memória do André, estava uma política de alianças com os régulos.»

Como o meu pai, que ainda é vivo, é régulo, eu tinha a noção que os régulos eram, em 79, as pessoas que mais sofriam com as políticas comunistas da FRELIMO de perseguição às autoridades tradicionais. E eu conhecia bem o poder que os régulos tinham junto das populações.»

Mas a grande dificuldade era um jovem com vinte e poucos anos conseguir impor-se junto de autoridades tradicionais e ganhar-lhes a confiança. Tinha a vantagem de ser filho de régulo. Notei também que, na altura, os régulos estavam fartos do poder da FRELIMO... e eles acabaram por depositar confiança em mim.»

Até ao final do ano de 79, com um grande apoio do poder tradicional, consegui recrutar quase 1000 novos guerrilheiros, porque mouse um ambiente propício, onde os recrutados iam arranjar novos recrutas. Algumas vezes chegavam grupos de jovens que tinham sido mandados pelos régulos para vir ajudar a libertar Moçambique do poder opressor da FRELIMO.»

Na fase seguinte, as equipas dos SAS rodesianos, encarregadas de acompanhar a reinstalação da RENAMO em Maringue, são o C Squadron, do capitão Bob McKenna (um veterano norte-americano do Vietname) e o B Squadron, do tenente Peter Cole. Os SAS treinaram os guerrilheiros no tiro com as AK-47 (*Kalash*) e no uso do lança-foguetes RPG-7, as armas universais da guerrilha. A montagem de bases - com hospitais, trilhos de acesso, defesas, escapes para longe e para a montanha, depósitos subterrâneos para armas e munições - foi também executada na altura.

Com os régulos e os camponeses da área hostis à FRELIMO, a parte política - a propaganda, o recrutamento, o enquadramento e a formação dos guerrilheiros e das populações, que eram a base humana dos rebeldes — não foi difícil. Mesmo na penúria, os rebeldes foram criando formas de manter a disciplina e a identidade: tinham os seus «comissários políticos» e a sua bandeira (com as cinco flechas) que diariamente içavam e conservavam nos acampamentos.

Contrastando com as tropas da UNITA, que a partir de 1980 possuíam os recursos dos «bons» rebeldes (uniformes e equipamento militar regular), os grupos de combate da RENAMO ofereciam mais o aspecto de uma tropa improvisada. Os registos fotográficos mostram--nos de *t-shirt* branca ou publicitária, *àjeans* ou de calças militares. São raros os camuflados. Aqui e ali, um capacete de mineiro ou uma boina, mas, de resto, quase todos de cabeça descoberta. Uns de botas, outros de sandálias, outros descalços.

Mas revelaram-se bons combatentes, e os seus formadores rodesianos, também habituados à escassez e à improvisação, treinaram-nos bem na arte da sobrevivência na escassez e na improvisação. Rapidamente, com *raids* a bases da FRELIMO e às povoações nos vales circundantes, foram-se abastecendo e reequipando em armas e munições.

Na retaguarda, a partir de Gwelo na Rodésia, a Rádio África Livre emitia para Moçambique propaganda contra a FRELIMO e divulgava os êxitos da resistência. Os corredores de abastecimento entre Umtali, na fronteira, e a base principal da Gorongosa estavam estabelecidos e funcionavam com facilidade.

Afonso Dhlakama descreve o *modus operandi* da guerrilha de então:

«O armamento que a FRELIMO utilizava era muito potente: BI Is e BLOs, canhões 75, carros BM 21 de 40 canos, de fabrico soviético, que disparavam 40 obuses ao mesmo tempo. O material era todo de origem soviética.

Muitas vezes fui obrigado, eu mesmo, a entrar em combate directo, quase corpo a corpo, e até nos socorremos de pedras grandes que empurrávamos encosta abaixo para fazer recuar o inimigo. Nós conhecíamos muito bem a serra e tínhamos a população do nosso lado, que nos levava informações e alimentos. Montávamos emboscadas nas zonas mais íngremes da serra e quando eles paravam para descansar nós íamos lá atacá-los para os desmoralizar.

Actuávamos em grupos muito pequenos, dispersos pela serra e com grande conhecimento do terreno, e eles pensavam que nós éramos como que espíritos da serra da Gorongosa, que estávamos em todo o lado ao mesmo tempo. Um só homem nosso podia fazer muitos estragos no inimigo naquele teatro de operações!»

Sobrevivência e escalada

Quando a situação mudou na Rodésia-Zimbabué, com os acordos de Lancaster House e a tomada do poder por Mugabe, nos princípios de 1980, a RNM correu o maior risco da sua história. As transições são sempre incertas para quem deixa de ser útil e ainda não é perigoso. Mas o negócio concluído por Flower com os sul-africanos avançou a partir de Fevereiro de 1980.

Nesse aspecto, 1980 foi um ano ambíguo: por um lado, as FAM (Forças Armadas de Moçambique), na sequência do ataque em que Matsangaíssa foi morto e várias bases da RNM ocupadas e destruídas,

conseguiram uma série de êxitos contra os rebeldes que tinham perdido os seus apoios na Rodésia. Com alguma razão mas também com algum *wishful thinking*, o governo de Maputo pensou que sem o apoio da Rodésia se acabava a rebelião. Baseada na consideração ideológica de que os seus oponentes tinham sempre que ser «maus» (logo, instrumentos do exterior) e confiada na amizade de Mugabe e da ZANU--FP, os novos detentores do poder no Estado vizinho, a FRELIMO convenceu-se que o extermínio da guerrilha eram favas contadas. De resto, alguns sucessos no terreno pareciam confirmar esta teoria, como o ataque a uma importante base da RNM, em Sitatongo, em Julho de 1980, com 272 rebeldes mortos e 300 feitos prisioneiros. Na fuga precipitada, os dirigentes da RENAMO abandonam documentação importante e Dhlakama perde os seus preciosos óculos.

Mas logo em 1981, veio o início do apoio militar sul-africano e os guerrilheiros estavam de volta e em força. Os seus formadores eram agora os homens do 5th Reconnaissance Regiment, da SADF, na base de Phalaborwa, no Transvaal oriental. Desta vez, dados os novos pontos de apoio, bem mais a sul, começavam a actuar na *Frelimoland*, nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo. Aí não contavam com o apoio das populações, como a norte do Zambeze, mas, mesmo assim, rapidamente criaram uma infra-estrutura logística. Por esta época, os guerrilheiros seriam entre 5000 a 7000 por todo o país, contando a FRELIMO com um exército de cerca de 20 000 a 25 000 homens, basicamente formado pela velha estrutura da guerrilha e apetrechado com a doutrina e o equipamento soviéticos, que não seriam os mais indicados para inspirar e servir a contra-guerrilha. Isto levou, a partir de Março de 1982, a uma reorganização das FAM (Forças Armadas Moçambicanas) de modo a poder responder à mudança táctica dos guerrilheiros. Antigos combatentes da FRELIMO foram chamados às fileiras para organizar e enquadrar uma milícia territorial. A RNM, que por esta altura passou a RENAMO, deixava os ataques a aldeias e as emboscadas e começava a atacar povoações maiores com crescente eficácia e violência, com os quadros e os responsáveis políticos partidários do Governo executados sumariamente.

No sul, onde as populações eram tradicionalmente mais ligadas à FRELIMO por razões históricas e étnico-políticas, a intimidação era

necessária aos rebeldes. Por vezes, faziam transferências forçadas de populações ou recrutavam-nas, também à força, para os servirem. A guerra assumia aspectos ancestrais, primitivos, chocantes para os parâmetros civilizados.

Na nossa forma ocidental de olhar estes conflitos, acabamos sempre por ter um certo preconceito a favor do lado da lei e da ordem - ou do lado que usa os meios mais modernos, cirúrgicos e assépticos de matar. Independentemente até da nossa posição ideológica. O piloto de um jacto ou bombardeiro que sai de manhã, de uma base moderna, que é da nossa nação, da nossa cor, da nossa nacionalidade, para bombardear um acampamento guerrilheiro ou uma aldeia numa zona rebelde, em terra de ninguém, é mais decente, mais limpo, mais militar, que o guerrilheiro que matou à catanada ou metralhou de perto gente de uma outra aldeia. E contudo, o «nosso» piloto também mata, mutila, fere e inutiliza à distância civis inocentes. A distância, o não ver as vítimas, absolve, parece desligar a causa da consequência, tornar a guerra melhor...

Também por isso a guerra de Moçambique, até pela sua baixa intensidade tecnológica, pela sua fragmentação em pequenas unidades, pelos poucos recursos dos seus combatentes, nos pareceu mais sangrenta e primitiva que a de Angola.

Brest-Litovsk no Incomati

Os anos 80 mostram a linha de um conflito intermitente. Como em Angola, é a componente externa - aqui sobretudo regional - que vai marcando e definindo os ciclos da guerra. A partir de 1982, a RENAMO escalou e foi alargando o terreno das suas operações a quase todas as províncias do país. Na primeira parte deste período, o apoio sul-africano foi claro e sem grandes disfarces. Em 1984, sob grande pressão da guerrilha, Machel decide avançar para o seu Brest--Litovsk: os Acordos de Incomati. Nestes, os governos de Pretória e de Maputo comprometem-se a não apoiar acções armadas dirigidas contra o outro e a não permitir a permanência nos respectivos territórios de elementos ou movimentos hostis. O que queria dizer que a

Defense Force ia ter que deixar de apoiar e treinar a RENAMO e que o ANC teria de ser expulso de Maputo.

O acordo foi assinado em 16 de Março de 1984. Desencadeou-se então alguma polémica no campo socialista, com acusações de traição vindas de todo o mundo e dirigidas ao governo de Maputo pelos ze-lotas do marxismo ortodoxo. Também na África do Sul, a nível do núcleo no poder, as coisas não foram fáceis. Os militares da Defense Force, com o general Viljoen à frente, consideraram que este acordo, no momento em que foi assinado, ia roubar-lhes a oportunidade de uma importante vitória. Estavam certos de que os seus protegidos da RENAMO, com mais algum tempo e esforço, poderiam asfixiar as cidades, incluindo a capital, e tomar o poder. Para os compensar, o presidente P. W. Botha fechou os olhos a uma remessa maciça de armas e munições que precedeu a assinatura dos Acordos. Em poucas semanas, os rebeldes receberam um forte reabastecimento.

Na verdade, Incomati acabou por aproveitar mais a Maputo que a Pretória. A sobrevivência do regime de Machel estava em risco e a RENAMO representava, ao tempo, um perigo muito maior para o governo da FRELIMO que o ANC em Maputo para o governo branco da África do Sul.

Assim, Samora Machel controlou sem dificuldades os seus *bard--liners* mais obtusos e conseguiu sobreviver. Tal como Lenine em Brest-Litovsk, Samora tivera que ceder para sobreviver. Entalado entre os alemães e os «brancos» Lenine cedera aos primeiros, ignorando pressões internas. E também com os militares alemães, com Hindem-burg e Ludendorff à frente, a pressionarem o Kaiser para liquidar os bolcheviques, enquanto os diplomatas do Ministério dos Negócios Estrangeiros sustentavam a sua sobrevivência. Pelas mesmas razões que Pik Botha iria sustentar a sobrevivência da FRELIMO.

Mas se Incomati impediu um desfecho trágico para o governo de Moçambique, não lhe resolveu o problema. Na verdade, na época, a RENAMO já tinha uma massa crítica de guerrilheiros e militantes e uma base de apoio nas populações do Centro e Centro-Norte de Moçambique que a tornavam auto-suficiente. Já estendera as suas operações para sul do Zambeze e até Gaza e aos arredores de Maputo e, para norte, para a Zambézia, Quelimane, Nampula e até às fronteiras

do Niassa e de Cabo Delgado. E tinha mais de 12000 guerrilheiros com experiência de vários anos de luta armada.

Um cobertor curto

A estrutura logística do movimento rebelde não fora atingida. Na Gorongosa mantinha-se um núcleo central de bases militares - a principal, a Casa Banana, ficava no sopé da montanha e albergava um milhar de guerrilheiros. Nesta base havia um pequeno aeródromo com uma pista de 800 metros bem camuflada que podia receber pequenos aviões de transporte, uma central de telecomunicações para o exterior, com um emissor suficientemente potente para Dhlakama contactar com o seu pessoal em todo o país, e até uma pequena tipografia para imprimir panfletos. E aparentemente, quer por via das *dirty operations*, quer a partir de apoios civis, continuavam a chegar apoios da África do Sul.

Nesta altura, quem reequilibra a situação é o Zimbabué, ao reforçar o seu contingente dentro de Moçambique de 8000 para 12 000 homens, quase uma quinta parte das suas tropas. As tropas zimba-bueanas não só defendem o corredor da Beira como participam activamente em operações conjuntas com as FAM, contra a RENAMO.

Em Agosto-Setembro de 1985, uma destas operações alcança um sucesso inesperado e simbólico, tomando de assalto a Casa Banana, matando algumas centenas de guerrilheiros e ocupando a área, incluindo a pista. Sucesso relativo, argumenta Dhlakama, embora outras bases da RENAMO, nas províncias de Sofala, Maputo, Zambézia e Inhambane tivessem sido depois atacadas e destruídas: Indoro, Vuru-ca, Xichocoxa, esta última, a principal base da RENAMO no sul.

Comenta o líder da RENAMO:

«A Casa Banana tornou-se mítica para história da guerra civil em Moçambique porque foi a primeira base em que tínhamos já vários cordões de segurança que a tornavam inacessível ao inimigo. Situava--se a cerca de 30 quilómetros a leste da montanha, nas margens do rio Nhadué, na zona de Zongóruè. Foi cuidadosamente planeada, inclusive para ter a sua parte civil, com escolas, postos de saúde, adminis-

tração pública e — o que foi um dos nossos orgulhos enquanto combatentes — um moderníssimo sistema de comunicações.

A propaganda comunista da FRELIMO que refere o famoso ataque bem sucedido a Casa Banana foi, em parte, uma invenção!

O que na realidade existiu foi que, em Agosto de 85, houve um ataque da FRELIMO a Casa Banana, mas muito mal preparado e mal sucedido.

A grande referência de Casa Banana era a pista de aviação de Canganitore, no Parque da Gorongosa, que ficava a cerca de 10 km da base. Era aqui que muitos jornalistas estrangeiros aterravam para estarem connosco alguns dias, viviam connosco, comiam connosco, dormiam connosco, sem nenhum problema.

A pista de Canganitore era visível do ar e a FRELIMO preparou um ataque tendo como referência as coordenadas da pista para os primeiros bombardeamentos aéreos. Por isso quando identificaram a localização de Casa Banana e começaram a bombardear a base, nós já estávamos muito longe. Mais uma vez gastaram bombas só para destruir palhotas. Foi neste contexto que a FRELIMO pôs a circular que o Dhlakama tinha fugido de Casa Banana montado numa motorizada, o que, para quem saiba o que é uma guerrilha, até dá vontade de rir! Ir de moto para fazer barulho, deitar fumo e deixar um rasto no chão?!... Seria fatal para um líder se pensasse assim!

Nós saímos de Casa Banana, sim senhor! Seria suicídio não o fazer quando somos guerrilheiros e estamos a ser bombardeados por aviões. Mas foi a pé, como sempre fizemos, e fomos para um local chamado Nhamadjambué, que fica a 25 km de distância.

Esta foi sempre a nossa estratégia: em caso de bombardeamento deixávamos a base e íamos ficar a alguns quilómetros de distância.

Depois desta nossa retirada estratégica de Casa Banana, a FRELIMO mandou pára-quedistas zimbabueanos para fazerem o reconhecimento da área e confirmarem a nossa saída. E até o Samora Machel veio de Maputo de avião para se sentar na varanda da minha casa e tirar fotografias. Nessa altura ele afirmou que tinha «partido a espinha aos bandidos armados!». Ele devia ser muito mal aconselhado ou não tinha noção do que era uma guerra de guerrilha! Já quando fomos forçados a fugir da base de Sitatonga 2, em 80, e que um dos meus

secretários deixou ficar um par de óculos meus para trás e alguns documentos referentes ao movimento, isso foi aproveitado pela FRE-LIMO para fazer propaganda e afirmar pública e internacionalmente que o Dhlakama tinha sido morto na ofensiva. Depois disso 'mataram--me' muitas mais vezes! Mas, muitos dos que me 'mataram' já lá estão, e eu, mesmo que eles não gostem, ainda aqui estou!

Enquanto Samora estava a festejar em Casa Banana, nós estávamos a poucos quilómetros a reorganizar a nossa estratégia.

Foi a partir da base central de Casa Banana que atacámos e conquistámos a vila de Maringué. Em resposta, as forças da FRELIMO concentraram muitas tropas zimbabueanas em vila Paiva de Andrade (Gorongosa).

A partir dessa data, Maringué passou a ser uma das nossas zonas libertadas, onde tínhamos duas bases, uma perto da povoação e outra mais afastada. A partir de 85, vou instalar-me na base presidencial de Maringué, que passou a ser o nosso quartel-general.

Eles estavam sempre a 'atacar com sucesso', sempre a apresentar guerrilheiros presos, armas recuperadas, matavam o Dhlakama quase todos os meses, mas na realidade, no terreno, levavam pancada em todo o território nacional e foram obrigados a vir negociar com aqueles que gostavam de chamar de 'bandidos armados', os 'matsangas'. E quando vieram negociar não podiam sair dessas cidades deles, e mesmo nas cidades dormiam com medo. Alguns diplomatas que estavam em Maputo chegaram a ir de helicóptero dormir à Africa do Sul, porque o governo estava a tremer, não garantia protecção, e a RENAMO estava na Catembe, nas outras entradas de Maputo, ás portas da capital!»

Como é clássico neste tipo de conflitos - e como os exércitos europeus, americanos e soviéticos aprenderam à própria custa noutras contraguerrilhas —, muitas vezes a concentração de esforços num lado leva ao desguarnecimento e vulnerabilidade noutros pontos estratégicos.

É a história do cobertor curto, que ou bem que tapa os ombros ou bem que tapa os pés. Enquanto a ZANLA ou as FAM marcavam pontos com estas operações, a RENAMO atacava noutras províncias e noutros locais, como no Caia e em Marromeu. E assim, em peque-

nos grupos, os homens da RENAMO passaram à contra-ofensiva na «sua» Gorongosa, a partir das alturas para onde tinham refluído. O tempo que se seguiu seria de toma, retoma, conquista e reconquista de posições.

Num esforço militar para conter a RENAMO, Samora Machel negociou e pressionou os seus homólogos da Tanzânia e do Malawi para que se juntassem aos zimbabueanos. Os tanzanianos enviaram tropas para o Norte e o velho presidente do Malawi, Hastings Banda, a contra-gosto, acabou por mandar também um batalhão para apoiar a protecção da linha de Nacala, que ligava o seu país ao mar.

Em Outubro de 1986, Samora Machel e um número importante de membros do Governo e quadros da FRELIMO morriam num acidente aéreo, cujas causas são, ainda hoje, tema de discussão. Machel foi substituído, quase sem hesitação, por Joaquim Chissano, ministro dos Estrangeiros e considerado mais pragmático que o populista e carismático primeiro presidente.

Corriam, também, na época, internacionalmente e no Bloco de Leste, grandes mudanças determinadas pelas reformas de Gorbachev. Ou melhor, determinadas pelos efeitos não previstos e perversos dessas reformas, que iriam causar o desmantelamento do comunismo e sobretudo, e ainda antes, uma atitude diferente em relação ao campo socialista mundial, onde prevaleceria a «doutrina Sinatra» — cada um por si e todos por nenhum.

O envolvimento dos soviéticos em Moçambique, embora significativo, nunca tivera nada a ver com o grau de cometimento político--militar em Angola. Tinham fornecido e equipado materialmente o exército mas teriam, no país, cerca de 700 conselheiros junto das FAM e praticamente não intervinham em operações. Outros cooperantes político-militares incluíam alemães, romenos, búlgaros, cubanos, etc.

Outros ventos

Chissano vinha decidido a mudar as políticas da FRELIMO, quer em relação ao exterior, quer, em termos ideológicos, a nível interno.

Quanto à política doméstica, abandonou o rigor socialista de Machel e iniciou a liberalização, não só da economia, como daqueles aspectos doutrinários e práticos mais repudiados pelas populações - como as «aldeias comunais», a deslocação forçada de populações, as medidas anti-religiosas e hostis aos chefes tradicionais, tudo factores que a RENAMO soubera usar para angariar apoios entre os descontentes. O General Alberto Joaquim Chipande fala desta mudança interna:

«Aí, depois de Incomati, dissemos: 'Os sul-africanos assinaram o acordo, mas as coisas continuam difíceis... tem que haver mais cúmplices na região! Qual é o posicionamento de outros países da região aqui?' E tivemos então que jogar com essa política toda. Os nossos inimigos estavam também aqui, no país, agora quem eram esses? Fomos ver que eram os moçambicanos subestimados. Tivemos que começar a rever o nosso próprio partido FRELIMO. A definição filosófica do nosso partido. O partido FRELIMO é de quem? Se é do povo, nós temos que ver as definições. Se realmente estamos a incluir todo o povo ou estamos excluindo. Na FRELIMO discutimos e concluimos que certas definições no nosso partido tinham que ser claras. Um partido marxista-leninista... que tipo de marxismo? Que tipo de leninismo? O que é isto? Porque não à maneira moçambicana, em conformidade com a relação social no nosso país, com os estratos do país? Então começámos a mexer o programa do nosso partido e a eliminar tendências divisionistas. Era tão rígido! Membro do partido: n.º 1, o sacrifício, n.º 2, o benefício. Membro do partido não pode ser religioso, não pode não sei o quê, não pode ter uma loja... Era muito duro! Sentámos na FRELIMO e começámos a ver: então esses membros que são religiosos, vão ficar de fora? Esse que tem uma loja, esse que tem carro, fica fora? Começámos a pensar em rever a nossa Constituição, a primeira com o Samora, a rever tudo aquilo para alterar a Lei Mãe. Só alterámos a Constituição depois, em 99, mas já tínhamos começado esse processo, já tínhamos começado a mudar algumas coisas para que o partido fosse um partido de todos, partido do povo. Começámos dali, e dali então encontramos o campo. Definição de quem é moçambicano, de quem é membro do partido. E definimos também quem eram os aliados, quais os importantes, começámos já a rever as coisas de uma forma real dentro do esquema do sistema

moçambicano, na diversidade e complexidade da sociedade moçambicana, para abarcarmos todos. Somos muitos estratos sociais, de estratos sociais diferentes, com hábitos diferentes, cada qual tinha que encontrar, se acomodar lá na Lei Mãe.»

Entretanto a RENAMO também caíra em excessos de violência, nomeadamente no Sul, nos casos de Homoine, Manjacaze e Tanninga, todos na segunda metade de 1987, que tiveram uma repercussão internacional muito negativa, sobretudo entre os norte-americanos.

Graças a estas políticas internas e a uma acção externa dirigida aos europeus e americanos, com vista a isolar a RENAMO e a demonstrar aos países estrangeiros que a evolução do regime iria no sentido de uma progressiva liberalização económica e política, Chissano conseguiu tornar-se popular no mundo ocidental, e Moçambique passou a ser um dos países predilectos das ONGs. Na época, 75% do PNB do país vinha da ajuda externa. E subsistia também a ideia de desarmar a oposição armada, realizando o programa do Governo, de Junho de 1989, que consagrava estas medidas.

E era também o fim da Guerra Fria, com o novo vento dominante a querer agora varrer os conflitos periféricos. Só que, ao contrário de Angola, em Moçambique não havia soviéticos e americanos envolvidos como irmãos mais velhos dos contendores, irmãos que pudessem, na hora, ser os impulsionadores do processo de reconciliação e os mentores da paz interna.

Militarmente, caminhava-se para a exaustão e para o beco sem saída. As forças em presença equilibravam-se, com a RENAMO com mais de 15 000 guerrilheiros por todo o país e a FRELIMO com mais de 30 000, num exército que agora recebia também formação de países ocidentais como a Grã-Bretanha e Portugal. E a estes devem ainda juntar-se os mais de 10 000 zimbabueanos e os contingentes de tanzanianos e malawianos. De qualquer modo, tratando-se de guerra subversiva, os números deixavam os governamentais aquém daquele rácio funcional de 10 para 1, essencial para conter e neutralizar uma guerrilha. Mas também para a guerrilha, depois das tentativas frustradas de estrangular Maputo e de conseguir a implantação continuada no Sul, não parecia haver abertas para uma vitória militar ou para um colapso do governo e da administração. Assim sendo, a

guerra, a continuar, iria degradar-se cada vez mais em termos de material e equipamento e iria escalar em termos de brutalidade e destruição. Era o costume. Quanto mais primitivas as armas, mais relaxado o comando e o controlo, maior a ferocidade e o número de vítimas...

A paz como último recurso

Nestas circunstâncias urgia começar a pensar na paz. Até então, do lado do Governo, tinha havido, sobretudo até à morte de Machel, uma grande intransigência em relação à ideia de negociar com aqueles que eram considerados - só e apenas — os «contras do *apartheid*» e os «bandidos armados» da África do Sul e da *revanche* colonialista.

Chissano, mais pragmático, e sobretudo mais liberto em relação ao passado, por ser um sucessor e estar a começar uma nova etapa, sentia-se à vontade para sondar sensibilidades entre os seus camaradas do *Bureau* político. Na verdade, os chefes militares, porque experimentavam as dificuldades no terreno e tinham eles próprios sido guerrilheiros, e os civis, porque tinham experiência política e uma formação teórica leninista, sabiam que a guerra não era vencível militarmente e que o país caminhava para o colapso. Sabiam também que, com o fim da Guerra Fria e da internacionalização dos conflitos, os países que não os resolvessem a tempo, arriscavam-se a caminhar para a fragmentação e ficar à margem de qualquer política de desenvolvimento e reconstrução.

Entretanto, alguns albergavam ainda a esperança de que as políticas de liberalização político-económicas, a abertura dos anglo--saxónicos, a falta de preparação política da RENAMO, contassem a seu favor para ganhar os apoios ocidentais e mesmo o da África do Sul, que entrava agora também num caminho de reformas. Para as negociações, Chissano sabia ter a oposição dos doutrinários mais radicais, como Marcelino dos Santos, Sérgio Vieira e Jorge Rebelo. Mas outras figuras muito importantes do partido, como Armando Guebuza, o primeiro-ministro Mário Machungo, Jacinto Veloso e, sobretudo, o núcleo duro dos chefes militares da guerrilha e das FAM,

como Alberto Joaquim Chipande e Raimundo Pachinuapa, apoiavam o princípio realista da necessidade de uma negociação com os guerrilheiros, embora não entrassem em detalhes quanto aos termos e ao tempo desta.

Maputo era um enclave animado pelos cooperantes de cerca de 30 ONGs, pelos funcionários das organizações internacionais e por dezenas de embaixadas, e a situação no país, sobretudo fora da capital, tornava-se cada vez pior. Alguma coisa teria que acontecer.

Por essa altura, (1987-88) eu já estava bem dentro do processo moçambicano: já conhecia a RENAMO, os seus representantes, os seus agentes, os seus amigos em Portugal, na Europa e nos Estados Unidos. Tinha enviado o Eduardo Mascarenhas a entrevistar Dhlakama, tinha contacto com a equipa dos serviços portugueses que tratava do problema, ia sendo visitado regularmente pelos emissários da guerrilha e facilitava-lhes contactos e acessos na Europa e nos Estados Unidos. Por todos estes contactos e por um processamento caudal de informação sobre a organização, apercebia-me de uma série de rivalidades e tensões, naturais ou estimuladas, entre os quadros exteriores da RENAMO.

Outro caso tenebroso

O ano de 1987 fora um ano de várias mortes de dirigentes da RENAMO no exterior: como o João Ataíde e o Mateus Lopes, que eu conhecera bem em Lisboa e que desapareceram num estranho acidente de viação no Malawi. Em Março de 1988, dera-se a deserção para a FRELIMO de Paulo Oliveira, que a pedido de Evo Fernandes eu empregara n' *O Século* como redactor do Internacional.

E, sobretudo, também em 1988, ia dar-se o assassinato do próprio Evo, acto que me impressionou muito pelas circunstâncias singulares que o rodearam e por se tratar de um velho amigo. Na manhã de segunda-feira, 18 de Abril, a Carmo Jardim ligou-me: acabara de receber um telefonema da Yvete, mulher de Evo, muito inquieta, pois este, até às oito da manhã, não regressara a casa. Tememos que ele tivesse sido raptado. A minha primeira reacção foi indagar dos voos

para Moçambique, da LAM, na véspera, domingo. Averigui as circunstâncias da partida e apurei que o avião, já na pista, demorara algum tempo a partir. Como se esperasse por alguém. Através dos contactos nas embaixadas dos EUA e da África do Sul procurámos verificar situações. Falei também com o pessoal da inteligência portuguesa. O adido militar da África do Sul prontificou-se a tentar perceber o que se passara.

Mas nada de esquisito foi observado. Também, através de Maputo, o *feedback* era no sentido de não haver movimentações anormais à chegada do avião, como seria de calcular se viesse um «raptado» a bordo. Conferenciámos - o núcleo de amigos do Evo e os membros da restrita comunidade, entre nacionais e estrangeiros, com interesse no problema. O Evo fora jantar, mas não dissera à Yvette com quem. Falei com o Ernesto Moura Coutinho, amigo e advogado do Evo e da Yvete Fernandes, e pusemo-nos em contacto com o Dr. Orlando Romano então director da DCCB (Direcção Central do Combate ao Banditismo da Judiciária) que estava a chefiar a investigação do caso. E estávamos com ele - o Ernesto e eu - quando se soube que tinham encontrado o cadáver do desaparecido nas imediações do Guincho. A Yvete estava também lá, na Judiciária, mas achámos melhor não lhe dar a notícia - ou não tivemos coragem de o fazer. Infelizmente, veio a saber da pior maneira: pela telefonia, no regresso a casa.

A morte do Evo, como se veio a apurar, fora uma operação de subcontratação para a SNASP (Serviço Nacional de Segurança Popular), executada por dois indivíduos com conotações marginais - Alexandre Xavier Chagas e Joaquim da Conceição Messias. O Evo fora jantar com o Chagas ao Restaurante Beira-Mar, em Cascais. Se o Chagas pretendia aliciá-lo e encorajá-lo a desertar ou ia já com o objectivo de o assassinar, não se soube. Na véspera dos acontecimentos, na sua reclusão em Maputo, o Paulo Oliveira fora perguntado, por um contacto da SNASP, se o Evo costumava andar armado.

Mas porquê o recurso ao assassinato, num país europeu e deixando pistas, um comportamento a que a segurança do estado moçambicano - nos anos da guerra — dirigida sucessivamente por Jacinto Veloso, Sérgio Vieira e Mariano Matsinhe, nunca recorrera? Pelo menos em Portugal...

Continuo a pensar - e disse-lho várias vezes pessoalmente - que o Evo, que além de inteligente e fisicamente corajoso, era um optimista, não se deu conta que entrara numa zona de alto risco, perante adversários nem sempre racionais e susceptíveis de pânico. No fim-de-se-mana seguinte - que seria o de 23-24 de Abril —, ele iria, em princípio, com Dhlakama à Alemanha, a Munique, para verem Franz-Joseph Strauss. Evo depositava grandes esperanças neste encontro com o líder da CSU bávara para apoiar financeiramente a constituição de uma ala política da RENAMO. No seu entender, esta ala política era o elemento que faltava ao movimento guerrilheiro para ser uma alternativa de governo à FRELIMO. Ora isso era forçosamente sabido por Maputo. Além do mais, o Evo era o homem indicado para fazer pontes e tinha as bênçãos da equipa da inteligência militar sul-africana que seguia o *dossier* Moçambique, liderada pelo brigadeiro Van Niekerk. Terá sido que, entrando em ansiedade e tomando medidas de antecipação, alguém com poder para o fazer teria activado uma operação que já estaria desenhada há algum tempo? Paulo Oliveira, o dissidente (ou o infiltrado do SNASP na RENAMO, como ele prefere explicar a sua conduta no seu livro de memórias) indica que a operação de liquidação de Evo Fernandes, embora executada no tempo de Matsinhe, fora já planeada por Sérgio Vieira. Confrontado com estas acusações, Vieira veio negar indignadamente que alguma vez tivesse concebido ou ordenado tal tipo de operação e que ela viesse da parte da FRELIMO. Mas as investigações desenvolvidas em Portugal por Orlando Romano e pela DCCB, com o apoio da INTERPOL, levaram à captura de Chagas em Marrocos. No processo estabeleceu-se um *linkage* com um diplomata moçambicano em serviço em Lisboa, o terceiro secretário Rafael Custódio Marques, que se apurou ser o mandante e pagante da operação, o que levou à sua expulsão do nosso país, em Março de 1989. E o primeiro-ministro Cavaco Silva, visivelmente incomodado pelo caso, adiou a sua visita a Moçambique, programada para Setembro de 1989. Chagas foi condenado a 18 anos de prisão e Messias a 8 anos e meio.

Na verdade, a questão da representação política da RENAMO levantara sempre, no exterior, uma certa confusão e conflito. Os sul-africanos não queriam patrocinar uma ala política que lhes retirasse

a influência que tinham sobre a RENAMO-operacional, à qual tinham um acesso quase exclusivo. Mas também percebiam o incómodo da situação. Evo Fernandes era o seu preferido, na confusa galáxia de apoios, representantes e amigos que pretendia apoderar-se dos *hearts and minds* de uma das mais eficazes guerrilhas africanas.

Era uma situação complicada, com uma enorme fuga à responsabilidade, que fomentava também muitas lendas urbanas sobre a guerrilha moçambicana e a sua «inexistência política», e contribuía, cada vez mais, para criar à sua volta uma espécie de mito de inacessibilidade que mais não era que o jogo dos Serviços, fazendo caixa para encarecer o seu exclusivo. Um jogo que tinha de ser finalmente desvendado e rompido, como condição - não suficiente, mas necessária - para a paz.

11 A PAZ ROMANA

Caminhos na floresta

Os caminhos da paz em Moçambique vão começar informalmente. Também por isso são indistintos e difíceis de retrair, como aqueles *Holzwege* - caminhos na floresta, ou caminhos que não levam a parte nenhuma - da epígrafe que Martin Heidegger escolheu para juntar alguns dos seus mais belos périplos filosóficos.

Estes caminhos foram diversos, pioneiros, originais, públicos e privados. Divergentes à partida, e ditados - como os da guerra - por razões desencontradas e contrapostas: pelo interesse e pela generosidade, pelo cansaço e pela esperança, pela ambiguidade e pela transparência, pela razão e pelo oportunismo, por sentido de justiça e por vaidade e sede de protagonismo.

Talvez pela falta de envolvimento de grandes poderes no conflito, ou por ser o recurso à paz a última instância para uma guerra onde não se viam já vitórias, ou ainda por ocorrer este princípio negocial num tempo de grandes mudanças, no Verão de 1989, quando no Leste da Europa tudo começou a mexer e, em Novembro, o Muro de Berlim foi derrubado e acabou a Guerra Fria.

Nesse ano de 1989, a situação político-militar em Moçambique era o impasse. A guerra continuava, mas era cada vez mais claro que a

RENAMO não tinha força militar nem política para derrubar o partido do governo. A FRELIMO atenuara os aspectos mais impopulares da sua governação, consolidara apoios ocidentais, contava com tropas mais preparadas e com um corpo de forças aliadas da região. Mas também ninguém na área do poder, fora da retórica da propaganda, acharia possível acabar com os guerrilheiros ou mesmo assegurar, contra eles, mínimos de segurança interna que permitissem uma recuperação da economia. Com as comunicações cortadas, as cidades a viver em enclaves e as populações errantes, às vezes fugindo aos guerrilheiros e aos soldados, impunha-se uma solução para a degradação do país.

Nestas circunstâncias, a classe política dirigente põe a questão das negociações. Para a oposição armada as negociações são sempre bem vindas: ou porque delas se espera uma desmoralização das tropas governamentais, que começam a pôr o problema de morrerem num conflito que tem os dias contados; ou porque, simplesmente, os rebeldes passam a ser reconhecidos, dando um salto político no caminho da dignidade e da legitimidade.

Para o governo de Moçambique - e para todos os governos —, a questão é a contrária: os bandidos armados, os marginais, os terroristas, que até aí foram tratados como um caso de polícia, são reconhecidos como opositores políticos armados, gente com quem se passa a falar de igual para igual.

Chissano auscultou os seus pares e percebeu que entre eles, com excepção dos ideólogos mais ortodoxos, se sentia a necessidade de achar uma solução negociada. Isto foi ratificado em linguagem algo cifrada pelo 5.º Congresso da FRELIMO de Junho de 1988: o Presidente tinha cobertura para começar.

Lembra Joaquim Chissano:

«Também eu, pessoalmente, fiz a consulta sobre as próprias negociações, já fora da constituição, à população. Nas várias visitas que eu fazia aos distritos — às províncias e distritos - eu conversava com a população em comícios sobre a ideia de um diálogo com a RENAMO, um diálogo directo. Aqui foi onde eu encontrei uma certa resistência. E lembro-me de um episódio, num distrito da província de Zambeze,

em Alto Molocué. Eu levava comigo alguns diplomatas estrangeiros — eu costumava fazer isso que era para eles conhecerem o país real — e lá a população mostrou-me o estado em que vivia: não tinha roupa e falava-me de um rio, que era a sua fonte de água mas que já tinham deixado de utilizar porque achavam que o rio estava poluído de sangue. Porque quando a RENAMO matava as pessoas lançava-as para aquele rio, e por isso diziam que aquele rio estava cheio de sangue. Estavam muito furiosas as pessoas. Estavam vestidas de casca de árvore, as crianças não estavam vestidas. E então diziam assim: 'como é que nós podemos aceitar que você vá falar com gente que fez isto?' E foi preciso falar, falar, falar até chegarmos a quase um convencimento das populações de que era bom, de que era melhor falar para parar com isso, para que isso não continuasse. Foi um momento muito emocionante, foi onde consegui mais facilmente convencer as populações de que era necessário fazer-se o diálogo. Já em Barué foi diferente. Saí dali convencido de que as populações não estavam satisfeitas com a decisão... Eles diziam que a RENAMO tinha que largar as armas, e só depois é que podia haver o diálogo... e eu dizia--Ihes: 'mas como é que eles vão saber que têm que largar as armas? Alguém tem que lhes dizer...' Agora, no seio do partido nós trabalhamos em boa coordenação. O que se exigia era que a RENAMO primeiro aceitasse princípios para que houvesse um diálogo directo.»

O circo Rowland

A nível regional mexiam-se homens e interesses. Tiny Rowland era o patrão da Lonrho (London and Rhodesia Mining and Land Co. Ltd) e aliava interesses poderosos na Africa Austral a uma grande capacidade de mover e agitar as coisas de cima para baixo.

Rowland, de seu nome de baptismo Roland Walter Fuhrhop, nasce em Simla, na Índia Britânica, no campo de internamento de Belgaun, destinado a cidadãos de países hostis. Com pai alemão e mãe anglo-holandesa, Rowland passa parte da adolescência na Alemanha, em Hamburgo, até que, em 1936, a família volta para Inglaterra. Quando a guerra estala, em 1939, é outra vez internado juntamente com o pai - de

onde os seus sentimentos fundos e complicados de hostilidade-identidade em relação à Grã-Bretanha. Para se desvencilhar do estorvo deste passado decide mudar de nome e começar do zero. Já em 1948, depois de uma série de negócios comerciais e industriais não muito ortodoxos mas bem sucedidos, Tiny Rowland parte para a Rodésia do Sul para fugir ao socialismo e à austeridade da Inglaterra do pós-guerra. E ali, em pouco tempo, cresce nos sectores mineiro e agrícola e torna-se, no início dos anos 60, o patrão da Lonrho, transformando-a num grande império financeiro, industrial e comercial com mais de 100 000 empregados.

O método de Tiny Rowland era insinuar-se: ser primeiro útil, depois próximo, depois necessário e finalmente indispensável aos chefes de Estado e aos políticos da região. Compreendera que na África neo--independente, tal como na Europa e nos Estados Unidos do século XIX, os negócios - os grandes negócios - se faziam sempre e só de braço dado com a política. E percebera o carácter patrimonialista da maioria dos regimes e dos políticos locais. Tinha exemplos e rivais na República da África do Sul: o grande império da Anglo-American, capitaneado por Harry Oppenheimer, e o grupo Rembrandt, de Anton Rupert. Contrariamente a estas famílias - já *establishment*, já com a prudência, os modos e os meios dos poderes instituídos —, Rowland avança com audácia, com autoconfiança, não se importando muito com os riscos e as perdas. Nem às vezes com o ridículo.

Rowland visita Moçambique pela primeira vez a convite de Machel, em Janeiro de 1983. Como é normal entre personalidades fortes e singulares e que exploram o género, os dois homens trocam lisonjas em estilo directo e aparentemente atrevido: «*Este é que é o monstro! Ouvi dizer que você compra governos e países!*», diz Samora a Rowland. Com o seu *Grumman* privado no aeroporto de Maputo e uma *limousine* a levá-lo ao Palácio da Ponta Vermelha, Rowland não desmerece a expectativa. Um donativo de milho no valor de quatro milhões de dólares segue imediatamente para aliviar a fome dos moçambicanos.

Em troca, Machel concedeu a Rowland quatro fazendas com um total de 80 000 hectares. Mas o intuito secreto de Rowland ao abordar Machel através do jornalista Alves Gomes era evitar a nacionalização do *pipeline* Umtali-Beira, que Mugabe preparava em parceria com

Machel. E teve êxito: Machel não alinhou no negócio com Harare e Rowland conservou o *pipeline*.

Em 1989, Rowland vai avançar com outra das suas iniciativas. Como sempre, lançava a rede, convencendo os líderes locais de que tinha outros líderes em *stand-by* para um encontro decisivo com vista a solucionar o problema, fosse este qual fosse. Nas suas andanças, estabelecera uma boa relação com Bethwel Kiplagat, o conselheiro especial de política externa do presidente Arap Moi do Quênia. Moi, sucessor de Kenyata, tinha simpatia pela RENAMO e os rebeldes moçambicanos recebiam algum apoio discreto no país, em termos de estadias, passaportes, pequenas ajudas. Kiplagat iniciara uma série de visitas a Chissano e a Dhlakama. Depois de uma épica jornada, estivera com o líder da RENAMO na base da Gorongosa para lhe entregar uma mensagem do presidente moçambicano.

Rowland, através de Alves Gomes, agora presidente da Lonrho em Moçambique, continuara com Chissano a relação criada com Machel. De acordo com Kiplagat, Rowland inicia então mais uma das suas maratonas negociais — desta vez no *Gulfstream*. Por sua conta e risco, vem a Lisboa ver Cavaco Silva, visita Pik Botha em Pretória e convence este e o seu segundo nos Negócios Estrangeiros, o director-geral Rusty Evans, a irem a Nairobi falar com Moi.

Na época, a guerra de Moçambique saía cara à Lonrho: dois milhões de libras mensais, gastos sobretudo com a segurança das fazendas e do oleoduto Beira-Umtali, a cargo de cerca de 3000 homens da DSL (Defense Services, Ltd). A paz era urgente para Rowland e o milionário convenceu Kiplagat a arrastar Dhlakama, de visita a Nairobi, até Blantyre, onde o esperava uma comitiva de ministros do Zimbabué e de Moçambique liderada por Pascoal Mocumbi, ministro dos Negócios Estrangeiros. Chegados a Blantyre, Dhlakama escapuliu-se e cruzou a fronteira para Moçambique. Dizia que não queria nem podia negociar nada sem consultar os seus comandantes. No fundo também não confiava em John Tembo, o homem forte do Malawi. O sistema Rowland falhara e os ministros estavam furibundos depois de nove horas de espera. Tiny atirou as culpas para Kiplagat, que não soubera segurar Dhlakama.

O jovem guerrilheiro, na sua simplicidade, não se deixara impressionar pela ostentação dos meios, dos *gadgets*, dos jactos, dos tapetes encarna-

dos, dos ministros à espera nas salas VIP... enfim, pelo «Circo Rowland». Este *flop* em Blantyre é mais uma estação no corrupio das mediações fracassadas para Moçambique. Mas vai abrir caminho para a saída.

Mugabe, Arap Moi, os americanos, os sul-africanos, os portugueses, os bispos, Rowland, circularam entre Nairobi, Blantyre, Pretória, Maputo, Roma, Munique e Lisboa. Cruzaram-se ministros, presidentes, guerrilheiros, conselheiros, gente dos serviços, emissários, facilitadores, mediadores. Aparecem no circuito as primeiras propostas, que os intermediários levam da FRELIMO para a RENAMO e da RENAMO para a FRELIMO.

Os nós da questão

Mas o seu bom andamento esbarra nas condições prévias que uns e outros insistem em levantar. Nesta fase de aproximação negocial continua a não haver nada de novo nem de extraordinário nos pontos de choque ou de concordância. A FRELIMO quer ser reconhecida previamente pela RENAMO como governo legítimo de Moçambique e não quer admitir o movimento de Dhlakama como um igual, como uma força política. A RENAMO não quer reconhecer a legitimidade da FRELIMO como governo de Moçambique e quer, por sua vez, ser reconhecida e tratada como uma força ideológica, um partido político. Procuram-se papéis de síntese, na sensação de que se está próximo de uma nova etapa.

Mais umas semanas para partir pedra. Em Junho de 1990, D. Matteo Zuppi, de Santo Egídio, volta à carga e explica aos conselheiros de Chissano - Francisco Madeira e Aguiar Mazula — que a questão da RENAMO, em termos de segurança, em Africa, é complexa e que se se continuar no puro âmbito africano vai ser difícil sair do ciclo vicioso. Porque a FRELIMO desconfia dos quenianos e a RENAMO dos zimbabueanos (e do Malawi que tem forças em Moçambique ao lado da FRELIMO). E ambos desconfiam dos sul-africanos. Entretanto, são os próprios Arap Moi e Mugabe a concluir e a recomendar a Chissano que a única forma de sair do imbróglio é começar negociações directas entre as duas partes, sem condições prévias.

É o que vai acontecer. Falta agora um modelo e um lugar aceites pelas duas partes. E as conexões romanas vão intervir com o homem certo. Chissano foi conhecendo Zuppi: este é aberto, inteligente, capaz de se pôr com toda a facilidade na pele dos interlocutores, de perceber os seus medos, os seus tabus, as suas esperanças, as suas intransigências. E sobretudo, de perceber as raízes e causas destes sentimentos e fobias, que é a única forma de lidar com eles. É um homem de Igreja, um homem de oração, despido de vaidades e de vanglorias, que fala bem com os grandes e pequenos deste mundo. É transparente, inspira confiança, com a sua cara franca e sorridente, com o seu português com um sotaque simpático. Dhlakama também sentiu isso e, acima de tudo, gostou de ser tratado com respeito e com dignidade. D. Jaime, arcebispo da Beira, em quem os rebeldes confiam, está ali a fazer o seu trabalho de acompanhamento. Chissano, sensível, também já percebeu que, se quer a paz, tem de pôr de parte a retórica legalista e arrogante que os seus duros — esquecidos que já foram também foras-da-lei - querem introduzir como condição prévia. Ao mesmo tempo, reflecte nas vantagens de uma negociação paralela, numa obscura paróquia de Roma, sem governos pelo meio. Evita-lhe o cerimonial dos «reconhecimentos», que sempre vêm com as negociações formais.

Assim, em 23 de Junho, o Presidente moçambicano comunica ao embaixador italiano em Maputo que está pronto a mandar para Roma uma equipa negocial para falar com a RENAMO. Do lado da RENA-MO, Raul Domingos já pedira formalmente a Zuppi que disponibilizasse Santo Egídio para lugar das negociações. E vai ser mesmo ali.

Intercessão de Santo Egídio

Santo Egídio é uma paróquia no coração do Trastevere, mesmo ao lado da belíssima Piazza de Santa Maria, onde fica uma das mais antigas e harmoniosas basílicas cristãs de Roma. O pároco de Santa Maria, D. Matteo Zuppi, é também a alma da comunidade de Santo Egídio, uma associação cristã criada à volta da paróquia, em 1968, e que iria entrar na história de Moçambique e de África.

Fazendo o meu caminho do Borgo Pio para Santo Egídio, geralmente aos sábados de manhã, andando até à Piazza Sonnino debaixo daquele sol romano que faz parecer os dias sempre de Primavera, nunca deixei de me espantar com a estranha ligação a um longínquo país africano daquele canto de Roma, com os seus restaurantes acolhedores, do famoso Sabatini às *pizzerie* familiares, com as suas lojas de artesanato e de moda, de relógios, de velharias. Como é que esta espécie de «*Canaby Street on Tiber*» viera a ligar-se às matas da Go-rongosa, às praias de Cabo Delgado, às luzes da baixa de Maputo ao fim de um dia de cacimbo, a gentes de tão longe?

A história é uma boa história. Mas longa. Tentarei contá-la bem e depressa.

As ligações de Itália com Moçambique eram antigas. Nos anos 60 e 70, vários quadros da FRELIMO, incluindo Armando Guebuza, tinham vivido em Itália. O Partido Comunista italiano sempre dera atenção e apoio à FRELIMO. Marcelino dos Santos fora recebido por Paulo VI com outros dois dirigentes de movimentos africanos anti-portugueses — Amílcar Cabral e Agostinho Neto. O arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves, estudara Teologia em Roma, no início dos anos 70. Com a independência, dera-se em Moçambique, como em Angola, uma africanização acelerada da hierarquia católica. D. Jaime fora feito arcebispo da Beira e D. Alexandre dos Santos arcebispo de Maputo. Faziam parte dos 33 sacerdotes negros, nascidos em Moçambique, entre quase 600 padres que oficiavam no país. Numa população de 12 milhões de habitantes havia então dois milhões de católicos e um milhão e meio de protestantes.

Para a FRELIMO, que levava muito a sério a ortodoxia marxista-leninista e conseqüentemente considerava a religião «o ópio do povo», a Igreja Católica era ainda «um síndrome do colonialismo» e fora, pelo menos, «colaboracionista» com as autoridades portuguesas. Assim, e apesar das atitudes críticas em relação à administração colonial de alguns prelados católicos - como o bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Rezende, e o bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto — os novos donos do poder mostraram-se muito hostis à Igreja Católica: nacionalizaram os seus bens, expulsaram missionários e exerceram pressão contra os fiéis. Samora Machel, com o seu jeito

directo e sem respeitos humanos, chegara mesmo a chamar «macacos» aos bispos católicos.

Por outro lado, a Itália era, no princípio dos anos 80, um grande doador para Moçambique, e o PCI, de Enrico Berlinguer, movia importantes interesses nessa ajuda.

É a partir deste entrelaçado que os dois homens de Santo Egídio -Matteo Zuppi e Andrea Ricardi - vão tentar responder às inquietações e solicitações de D. Jaime, abrindo uma linha de contacto e influência com Berlinguer, Pajetta e outros dirigentes comunistas para que estes pressionassem os seus correligionários da FRELIMO a mudar de atitude em relação à Igreja. Berlinguer recebe D. Jaime em 1984 e fica muito admirado ao saber que em Moçambique é proibido tocar os sinos.

Ajudadas pelas circunstâncias e pelos interesses externos, estas pressões dos dirigentes comunistas italianos - habituados ao diálogo com os católicos no seu país — vão levar os seus correligionários moçambicanos a uma atitude progressivamente mais aberta em relação à Igreja Católica e à religião em geral.

Mas enquanto foi vivo Samora Machel - que não gostava de D. Jaime e que o considerava um inimigo e um rival político —, não houve progressos muito significativos.

Com o seu maior pragmatismo, que não era incompatível com o leninismo, Chissano dá passos de aproximação à Igreja Católica. Quando está em Roma, em visita oficial, encontra-se com João Paulo II. A seguir, o cardeal Etchegaray, presidente da Justiça e Paz, vai a Moçambique com Zuppi.

Os negociadores

D. Jaime, arcebispo da Beira, está consciente do problema da guerra. É um ndau, da etnia de Dhlakama, que leva muito a sério o seu ministério e as suas ligações à terra onde nasceu. Compreende as razões e a parte da razão dos guerrilheiros. Pensa que a Igreja tem o dever e talvez tenha a possibilidade de dinamizar o processo de paz. Percebe também que o clima internacional e nacional está a mudar com a aproximação do fim da Guerra Fria.

Entretanto, Chissano foi deixando cair para os bispos católicos que não fará um drama se eles procurarem contactar os guerrilheiros e perceber o que eles querem. E quando, em Setembro de 1988, João Paulo II visita Moçambique, fala com Chissano e insiste publicamente na necessidade de achar «*caminhos de reconciliação e de diálogo*».

Bem aconselhados por Zuppi, que entendera a psicologia das partes, os italianos cultivaram igualmente a FRELIMO e a RENAMO, criando junto desta, gradualmente, um espírito de confiança e de respeito. Graças a este espírito e vencidas pela necessidade as reservas da FRELIMO, ia ser possível, quando se iniciava o último tempo da Europa dividida da Guerra Fria, abrir também os caminhos da paz para Moçambique.

Assim, no dia 1 de Julho de 1989, em pleno estio romano, nas veneráveis e austeras salas de comunidade de Santo Egídio, encontravam--se pela primeira vez as delegações da FRELIMO e da RENAMO, lideradas por Armando Emílio Guebuza e Raul Manuel Domingos.

Guebuza tem 46 anos. Nascera em Murrupula, província de Nam-pula em 1943, filho de Miguel Guebuza, um enfermeiro educado e esforçado. A família viera para a então Lourenço Marques. Aí Guebuza frequentara o Liceu Salazar, onde fora contemporâneo de Joaquim Chissano e se distinguira como dirigente associativo. Aderira à recém--nascida FRELIMO em 1964. Depois saiu para o exterior, para se juntar à rebelião, passando algum tempo na Ucrânia e regressando depois ao país para a luta armada. Fora comissário político e depois ministro do Interior na transição e no tempo de Machel, adquirindo fama de homem da «linha dura», com o seu célebre 24/20 (ordem de saída em 24 horas com 20 quilos de bagagem) aplicado a muitos portugueses. Mais tarde, por funções, estivera também ligado à organização das aldeias comunais. Mas é inteligente, com formação e cultura política. E a escola do leninismo, combinada com a experiência, tornaram-no realista. Chissano nomeia-o para chefe da equipa da FRELIMO nas negociações, pois sabe que Guebuza lhe vai cobrir a frente ortodoxa do partido, mas que, sendo poderoso, tendo autoridade e fama de duro, pode ao mesmo tempo fazer transições e transacções.

O chefe da delegação da RENAMO é Raul Domingos, de 38 anos. Domingos nascera em Mutarara e fora para a RENAMO em 1980.

Comandante militar da Zona Sul, foi depois responsável pelas Relações Exteriores do movimento. Apesar de jovem e sem experiência prévia, tinha inteligência, à-vontade e sentido de humor — tal como Guebuza - e prática de combate no terreno. Quando os naparamas, os célebres guerreiros primitivos armados de armas brancas e convictos da sua invulnerabilidade às balas, atacavam e lançavam o pânico entre os combatentes da RENAMO, Raul Domingos - com Dhlakama e outros dirigentes - tiveram de desfazer o mito. E foram eles que, armados de metralhadoras pesadas e aproveitando um ataque dos naparamas, os dizimaram com fogo cadenciado e certo, imperturbáveis, demonstrando aos seus homens que as balas afinal matavam mesmo.

Além dos delegados das duas partes, havia os observadores. As reuniões iam começar sem mediadores. Os observadores eram Mário Rafaelli, pelo governo italiano, e Matteo Zuppi e Andrea Ricardi, por Santo Egídio. E D. Jaime Gonçalves.

Estas negociações vão durar dois anos e três meses e funcionarão em sessões intermitentes, sempre em Santo Egídio. As conversações começam bem, apesar das baixas expectativas dos observadores ou talvez por causa delas. Depois da intervenção de Ricardi, fazendo um estado da situação e um resumo das questões, Gebuza e Domingos falam em tom de reconciliação e de respeito pelo adversário, sublinhando a sua natureza de «irmãos separados». Caíram os adjetivos do tipo «bandidos armados» ou «governo criminoso», «agentes do *apartheid*» ou «comunistas assassinos».

Conheço hoje bem Guebuza e Domingos. Guebuza, que tem uma sólida formação política, é firme e duro como negociador, mas capaz de *charme* e sentido de humor. Domingos tem coisas parecidas, é vivo, inteligente, divertido. E aprendia muito depressa. Lembro-me de, numa das minhas idas a Roma, meses depois das negociações terem começado, ter convidado o Raul Domingos e o Vicente Zacarias Ululu para jantar. Cheguei primeiro ao restaurante e como era um dia de Verão ou de Primavera alta, esperei por eles na mesa de uma esplanada. Eis que chegam num carro azul-escuro, com um motorista que se precipita para lhes abrir a porta (o governo italiano disponibilizara o apoio logístico das comitivas). E o Raul Domingos impecável, com os seus eternos óculos escuros, com a mão no bolso do paletó e o à-vontade

de quem levava a vida a sair de carros com motorista para jantar em restaurantes romanos. E depois, ao jantar, com uma conversa mundana, com observações e graças oportunas, a discutir e a escolher o vinho, enquanto Ululu, como bom maconde, falava pouco mas ia ouvindo com muita atenção e proveito. Não se tratava aqui de uma qualquer renúncia à identidade ou à causa, de puro fascínio ou deslumbramento perante este outro mundo por onde agora também se moviam, mas de uma enorme capacidade de adaptação ao novo campo de batalha em que a farda, o terreno, as armas e a estratégia eram necessariamente outras.

O Raul foi uma pessoa com quem desenvolvi uma boa relação e tive muita pena quando Dhlakama entendeu que ele devia ser afastado do partido, em 2000. Tinha, como já disse, um excelente sentido de humor. A dada altura a RENAMO resolveu mudar de símbolo e substituir as flechas da secular luta africana (que lhe davam um certo ar falangista) por uma simpática perdiz. Nessa altura fui almoçar com o Raul Domingos e o Joaquim Vaz, o representante da RENAMO em Lisboa, à minha habitual cantina nos anos 90, a extinta Cervejaria Alemã, na Rua do Alecrim. Havia um prato de perdiz estufada, e como o Vaz mencionasse a possibilidade de optar por ela, o Raul, peremptório, decidiu: «*A perdiz não pode comer Coronel! A perdiz é símbolo do partido! Você não pode comer símbolos do partido! E quase antropofagia!*» E ria-se com gosto.

Nas minhas idas a Roma, que nesta época eram regulares também por causa da UNITA e de Angola, conversava frequentemente com alguns dos negociadores da RENAMO. Além do Raul e do Vicente, havia o João Almirante, um jovem tímido e atento, e o José de Castro, que tinha sido funcionário judicial e era mais ao jeito burocrata. E claro, via o Matteo Zuppi, bem como os meus interlocutores da Se-greteria di Stato da Santa Sé. Alguns tinham uma certa reserva em relação a Santo Egídio, que aparecia aos mais conservadores como suspeita diplomacia paralela, marginal e talvez também «progressista». Menini era um dos que a princípio se referia a Santo Egídio com alguma relutância. Estas conversas permitiam-nos ir avaliando os progressos e os problemas das negociações, e quando era possível e fazia sentido ajudar a nível da direcção da RENAMO ou tentar sensibilizar

os governos a que chegávamos para que exercessem pressão no tempo e sentido certos.

As negociações de Moçambique em Roma contrastaram, quer no estilo quer no ritmo, com as de Angola em Bicesse. As delegações encontravam-se sempre na presença dos observadores, que acabaram por passar a mediadores, depois de um período inicial em que ainda se andou à procura de negociadores oficiais.

Falar e combater

O espírito da primeira sessão, de 8 a 10 de Julho de 1990, fora o de procurar o que unia e pôr de parte o que dividia. A segunda sessão - em pleno Ferragosto romano, a partir do dia 13 - fora precedida de um almoço em *tête-à-tête* entre Guebuza e Domingos, nos arredores da capital, sob o cenário dos Colli Albani, em Rocca di Papa. O único encontro a sós, tanto quanto sei, numa negociação com mais de dois anos.

«Esse encontro foi minha iniciativa», recorda Raul Domingos, «eu falei com o Matteo Zuppi e disse 'Olha, eu precisava de ter uma conversa, como cidadãos moçambicanos preocupados com a mesma causa, e queria ter a sensibilidade do Armando Guebuza, como homem, como cidadão.' Então o Matteo Zuppi achou muito interessante a ideia: 'Isto é um grande desafio e quero acreditar que o Guebuza, se recusar este encontro, é um sinal de fraqueza. E não acredito que o Guebuza queira deixar esse sinal de fraqueza, é natural que aceite. Mas isto não é perigoso para ti?' Eu não tinha perguntado nada ao Presidente da RENAMO. Era muito jovem, era muito ousado, tomava iniciativas... de que não me arrependo hoje. Eu penso que muitas das minhas iniciativas ajudaram o processo a andar para a frente.

Guebuza aceitou e almoçámos. Eu até hoje tenho referências das palavras dele nesse encontro. Recordo-me que ele concordou comigo quando eu dizia: 'Este processo não é dos americanos, nem dos portugueses, nem dos ingleses, é moçambicano, e o sucesso destas negociações é também um sucesso pessoal, meu e teu.' Disse-lhe que seria

um sucesso para Moçambique, para os nossos partidos e nosso sucesso pessoal. Portanto, que nós nos devíamos empenhar e que devíamos reportar fielmente às nossas bases os sentimentos e as sensações que nós tínhamos nestes encontros para encontrarmos as soluções. E ele concordou comigo e disse uma coisa: 'Olha, eu acredito que um dia estaremos em Moçambique, e o que estamos a fazer aqui vamos voltar a fazê-lo nos corredores da Assembleia da República.'

E foi o que veio a acontecer. Várias vezes nos encontramos na Assembleia da República, fora do plenário, para buscar soluções de questões que no plenário não conseguíamos resolver, que eram remetidas às chefias de bancada. Nessa altura eu era chefe de bancada e ele era chefe de bancada. De modo que foi este informal que ajudou. Depois tivemos outros informais, durante as negociações, mas que já incluíam outras pessoas. A sós foi uma única vez. Das outras vezes ele foi acompanhado com o Madeira e eu acompanhado com o João Almirante. E conseguimos ultrapassar muitos tabus nessas sessões.»

Mas na reunião plenária surgiram problemas. Domingos, sem papas na língua, critica o governo e acusa-o de duplicidade: enquanto Guebuza fala da paz e acentua a reconciliação em Moçambique, a imprensa mantém o mesmo tom agressivo e desqualificador da RE-NAMO e, no terreno, as tropas do Zimbabué estão na ofensiva. A RENAMO continua a pedir um mediador, parecendo-lhe o modelo caseiro de Santo Egídio pouco formal e sem garantias.

Guebuza, hábil, justifica as situações: em Moçambique a imprensa agora é «livre», as ajudas militares não podem ser alteradas pelas negociações e a mediação está ultrapassada desde que as partes falem directamente. Mas a RENAMO não está convencida e diz ser indispensável, para continuar a falar, que as tropas do Zimbabué parem a ofensiva. No Outono, Ricardi e Zuppi tomam a iniciativa de partir para a África Austral para pressionarem Chissano e Dhla-kama a alto nível. É preciso manter Roma a funcionar, ultrapassando a questão das operações militares e acertando os conflitos inevitáveis que sempre levanta o complexo sistema «fala e combate». Porque as partes não renunciam, previamente, ao direito de se defenderem. Os guerrilheiros sabem que a guerra e as armas são o seu

principal argumento e os governamentais sabem que não podem mostrar fraqueza.

A FRELIMO concluiu a aprovação de reformas constitucionais. É o *aggiornamento* à nova ordem mundial, neste ano de 1990. O Leste da Europa está assistir ao apagar dos regimes comunistas e a própria URSS entrou na fase final de desagregação. A linguagem da democracia e do mercado está presente e patente nos novos textos, e os *media* internacionais não param de celebrar o facto e de aplaudir Chissano. A ideia, aqui, é também esvaziar as reivindicações democratizantes da RENAMO por antecipação. Que mais querem? Por que lutam?

A iniciativa colhe no exterior, desde os *media* respeitáveis ao governo americano e à CEE, mas não resolve o problema. Uma guerrilha com a implantação da RENAMO, com largas zonas de controlo e interdição ao adversário e muitos milhares de combatentes, não acaba assim.

Os delegados de Santo Egídio - Zuppi e Ricardi - e os bispos moçambicanos sabem que assim é - e dizem-no claramente a Chissano, ao mesmo tempo que pressionam Dhlakama a mandar voltar a sua gente a Roma, sem condições prévias sobre a ofensiva zimbabueana. O líder da guerrilha vai à capital italiana para estar por perto, embora não participe nas conversações.

Conversações - *Stop and Go!*

Em pleno Outono romano, a 9 de Novembro, retomam-se as discussões em Santo Egídio. A RENAMO já se resignou a não haver Estados como mediadores oficiais - passando os observadores semanticamente a mediadores. A questão das tropas do Zimbabué é agora o ponto número um. A solução apresentada é prática e gradualista e procura ancorar-se na própria justificação de Harare para a intervenção: garantir o acesso ao mar do Zimbabué através dos portos de Maputo e da Beira. Para tal, as tropas zimbabueanas em Moçambique deverão confinar-se, precisamente, aos «corredores» ao longo das linhas do caminho-de-ferro, corredores com seis quilómetros demarcados, três para cada lado da via-férrea. Se as tropas zimbabueanas

não saírem desses «corredores» a RENAMO não as atacará. Nem aos corredores. O princípio é aceite, e para o pôr em prática cria-se uma comissão conjunta de verificação, a COMIVE, que inclui representantes das partes e de oito países.

Os corredores têm um comprimento de 280 km, o de Umtali-Beira, e 550 km, o do Limpopo; e 6 km de largura. O acordo parcial que os regula é reconhecido e rubricado pelas partes a 1 de Dezembro, bem como outras disposições relativas à liberdade de actuação da Cruz Vermelha na sua acção de apoio e ajuda aos refugiados e às populações vítimas da guerra. O organismo de controle e verificação, o COMIVE, toma posse a 19 de Dezembro.

As discussões à volta dos «corredores» e do cumprimento dos respectivos acordos ocupam os primeiros meses de 1991, com uma lista de violações de que as facções se acusam mutuamente. O que não impede que, a 6 de Maio, as delegações regressem a Santo Egídio para prosseguir com os trabalhos de negociação, agora voltada para a agenda política. Apesar dos progressos conseguidos com os «corredores», que corporizam um cessar-fogo territorial parcial, permanecem divergências de fundo - a FRELIMO continua a olhar a RENAMO como uma organização rebelde que só pela força da chantagem das armas e da destabilização conseguiu chegar às negociações. Os rebeldes acham-se mais que legitimados pelo mau governo da FRELIMO e pela adesão de parte significativa das populações rurais à sua causa. Mas nos grupos dogmáticos o maniqueísmo acaba por tornar difícil a renúncia a razões ideológicas tidas como irrenunciáveis por encarnarem a razão.

O Verão de 1991 é um tempo de impasse em que a disputa anda à volta do papel constituinte dos acordos de paz. Para a RENAMO, estes devem ser a base de toda a legislação político-constitucional moçambicana, já que vão resultar de um diálogo entre governo e oposição, o primeiro na história do país - logo, fundacional de uma nova ordem política.

Para o partido do governo, os acordos não podem vir pôr em causa a legislação existente. A FRELIMO conduziu a guerra da independência contra os portugueses e fundou o Estado moçambicano; os rebeldes entram nesta história pela violência, pela destabilização e

pela guerra com apoio exterior. Se é um facto que para acabar com o conflito é preciso uma conferência de paz, tal não concede aos rebeldes o direito a uma paridade com a FRELIMO, que se vê como o único poder legítimo de Moçambique.

A questão da confiança

Neste entre tempo, em Fevereiro de 1991, já tínhamos feito a nossa aproximação a Dhlakama, em Mombaça. A partir daqui, fora estabelecido um nexa mais forte de confiança que nos permitia também exercer alguma influência junto da RENAMO, ajudando nos pontos débeis os seus dirigentes, moderando-os e esclarecendo alguns dos seus receios injustificados.

Acima de tudo, procurávamos dar aos guerrilheiros dignidade e respeitabilidade, responsabilizando-os nessa via: para serem respeitados tinham de cumprir com aquilo que tinham aceite livremente à mesa das negociações, parar com a violência contra as populações, limitar a destruição do património do país que queriam também governar, abster-se de raptar cidadãos estrangeiros.

Porque a RENAMO sofria de um complexo e de um síndrome de isolamento — e tinha razões para tal. Não contava com países protectores africanos ou europeus e a sua imagem internacional continuava a ser muito má. Apesar das negociações, parecia às vezes que, mesmo para os mediadores, só o governo de Moçambique estava a proceder bem. O preconceito contra os rebeldes moçambicanos observava-se também entre os países anticomunistas da NATO e nos Estados Unidos. Chester Crocker sempre lhes fora hostil e o seu sucessor na administração George H. Bush, Herman (Hank) Cohen, seguia-lhe as pisadas.

Os próprios movimentos anticomunistas de guerrilha também pensavam e agiam assim. A UNITA excluía expressamente a RENAMO de um encontro de *freedom fighters* realizado na Jamba, sob o pretexto de que não era um «autêntico» movimento de libertação, pois não tomara parte na luta anticolonial. Nessa época tive conversas com os dirigentes da oposição angolana e com o próprio Savimbi

no sentido de alterar esta posição. Pelo menos que parassem os actos de hostilidade. Isso ele garantiu-me que iam parar. E pararam.

Para se avaliar este clima, o cuidado extremo que americanos e sul-africanos punham em não querer confusões entre a UNITA e a RENAMO e a distância que Savimbi queria manter em relação aos rebeldes moçambicanos, conto outro episódio: na fase dos contactos romanos, Dhlakama deslocou-se uma vez a Genebra. Tratamos-lhe da viagem e escolhemos-lhe um hotel, da cadeia Nogat, perto do Lago. Dhlakama ficou ali com dois companheiros. Qual não é o seu espanto quando, nessa tarde, chega uma enorme delegação da UNITA com Savimbi à frente. E, passado pouco tempo, voltam todos a sair à pressa.

Ao cabo de várias tentativas, percebi que Savimbi já lá não estava. O que se passara? Ao saber da presença de Dhlakama, o líder da UNITA terá ordenado à sua gente que saísse rapidamente do hotel. O líder da RENAMO, dando-se conta deste episódio, ficou perturbado, magoado e desapontado com esta atitude, pois habituara-se a ver Savimbi como um Chefe, um irmão mais velho na luta anticomunista em África.

Entretanto conseguimos abrir algum caminho para Dhlakama em Portugal, quer a nível da sociedade, quer dos governantes. E também nos Estados Unidos. Em conversa com Herman Cohen, em Washington, no Cercle, discutimos Moçambique e contei-lhe alguns aspectos da história da RENAMO e da personalidade do seu líder. Cohen ouviu com atenção, com aquele seu ar de Woody Allen, e confidenciou-me que a atitude do governo americano já estava em mudança, numa linha de maior equilíbrio entre a oposição e o governo moçambicano, e que ia ter um encontro com Dhlakama na Europa em que lhe comunicaria o novo *approach*.

De Washington voei directamente para Paris, para uma reunião da UNESCO. Fiquei no Hotel Lutetia e apressei-me a ligar à Carmo Jardim, que estava na Suíça com Dhlakama, para lhe dar as novidades. A Maria do Carmo falou com o líder da RENAMO dando-lhe a boa nova: que as coisas com os americanos iam mudar e que aguardasse com confiança o encontro com Cohen.

Assim foi. Mais tarde, Dhlakama contar-me-ia que, como Cohen costumava tratá-lo com displicência e até com alguma rudeza, tinha

ficado surpreendido com o novo estilo do secretário adjunto para os Assuntos Africanos:

«Quando começou a dirigir-se-me dando-me o 'Excelência', olhei para o lado, a ver se estava mais alguém na sala. Mas como não estava, concluí que era mesmo comigo!»

Havia um novo *approach*. Mas como fazer progredir agora a agenda política? Mantinha-se a desconfiança entre as partes, que se mostravam pouco dispostas a sair daquela espécie de ciclo vicioso em que um não faz sem que o outro faça, mas também nenhum quer correr o risco de dar o primeiro passo com medo de perder a face.

No dilema, a RENAMO recusava a legitimidade política do Governo e este o estatuto de movimento político à RENAMO. Por sugestão de Jeffrey Davidow, que foi buscar a ideia ao processo angolano, a mediação elaborou uma espécie de documento prévio extra-agenda a ser subscrito por ambas as partes que, definindo a qualidade de cada um dos subscritores, criava um ponto de partida mais seguro para as discussões futuras.

Assim foi elaborado o Preâmbulo, também conhecido por Protocolo I.

«O Governo compromete-se a não agir de forma que contrarie os termos dos Protocolos que se estabeleçam e a não fazer adoptar leis ou medidas contrárias ao que neles for acordado e a harmonizar as leis existentes que eventualmente contrariem os mesmos Acordos.

Por outro lado a RENAMO compromete-se, a partir da entrada em vigor do cessar-fogo, a não combater pela força das armas as leis em vigor e as instituições do Estado existente e a conduzir dentro do seu âmbito a própria luta política bem como o estabelecido no Acordo Geral de Paz».

Guebuza aceitou, com reservas, o Preâmbulo. Raul Domingos pediu para consultar o Chefe e este não tardou a responder negativamente: pensava que o documento era favorável à FRELIMO, uma vez que, na sua leitura, a RENAMO passava a reconhecer o Governo sem contrapartidas.

De novo os mediadores partem de Roma para a África Austral para convencer o líder desconfiado. As pressões dos governos e dos amigos chovem no sentido de que o Preâmbulo é equilibrado e não pode deixar de ser assinado. A 20 de Setembro, em Lilongwe, no Malawi, Zuppi e Ricardi encontram Dhlakama e convencem-no a assinar - o que acontece.

Aceite o Preâmbulo como garantia recíproca de estatuto negocial das partes, passa-se à substância política - o protocolo sobre os partidos. A RENAMO vê-se garantida, pois logo a seguir à assinatura do acordo de paz poderá iniciar *«a sua actividade na qualidade de partido político e com as prerrogativas previstas na lei»*.

Uma das maiores preocupações dos guerrilheiros era esta garantia de passagem, sem demora, de movimento de guerrilha a partido político. Para isso faltava-lhes tudo - a experiência, os quadros, o dinheiro. A falta de recursos financeiros vai ser um dos problemas da RENAMO. Nas matas é possível disfarçar. Na cidade, na vida normal, torna-se terrível a sua falta.

As cores do dinheiro

Quanto à questão dos recursos, procurámos ajudar por várias formas: algumas empresas portuguesas que tinham interesses e investimentos em Moçambique custearam o estabelecimento e as despesas correntes da delegação da RENAMO em Portugal. Rowland, sem dar ponto sem nó mas generoso, ajudara a família do líder da RENAMO, oferecendo-lhe uma vivenda nos arredores de Lisboa, onde a mulher, Rosaria, e os seus filhos e acompanhantes habitaram muitos anos.

Cavaco Silva, então primeiro-ministro, deu conhecimento desta situação ao Presidente Chissano, que não levantou problemas. Também a DINFO, discretamente, acompanhou a operação e deu o seu apoio logístico.

Os guerrilheiros de Moçambique, ao contrário dos seus homólogos da UNITA, tinham as maiores dificuldades com a logística. Não tinham dinheiro e nem sequer papéis, apenas passaportes de favor do Quénia. E assim como não tinham fardas, também não tinham roupas

de cidade. Sem o apoio «secreto» sul-africano, ficaram, em matéria de recursos, ainda pior.

Os que os ajudámos então, tínhamos a claríssima noção de que o isolamento e o boicote às suas iniciativas políticas os manteria numa enorme desconfiança em relação ao mundo exterior, reforçando aquela convicção dos cercados, dos ostracizados, dos párias, de que só podem sobreviver enquanto forem perigosos e estiverem sozinhos, longe da civilização. Um sentimento que começara a desanuviar-se com Roma, mas que adivinhávamos subjacente nas conversações e sempre pronto a renascer das cinzas. Embora alguns políticos na Europa e nos Estados Unidos entendessem esta problemática, os nossos regimes e sistemas continentais - com as suas leis politicamente correctas, fabricadas e aprovadas por gente muitas vezes sem sensibilidade ao lado trágico e conflitual do mundo e da política - acabavam por impedir na prática a solução destas questões. Lembro-me, a propósito, de João de Deus Pinheiro, então comissário europeu, me dizer que não podia dar dinheiro nem para partidos políticos nem para militares. «... *Então*», disse-lhe eu, «*não pode fazer nada politicamente em Africa, pois ou há democracia e os interlocutores são os partidos, ou não há e são os militares.*» A única solução era recorrer ao sector privado uma vez que, no Estado, as entidades com recursos disponíveis para estas actividades eram os serviços de inteligência que, mesmo quando entendiam a questão, geralmente não nadavam em recursos e tinham também as suas «guerras».

No processo de paz de Moçambique, o governo italiano foi disponibilizando apoios para o alojamento, alimentação e viagens da delegação da RENAMO e do seu presidente. Por outro lado, a partir do nosso encontro em Mombaça, oferecemos-lhes assessoria e aconselhamento político e conseguimos-lhes alguns recursos. Devo dizer que, nesta matéria, Dhlakama se mostrou sempre uma pessoa grata. Sa-vimbi, a seu modo, também respeitava e agradecia o apoio e o conselho, mas achava que, sendo o que fazíamos com certeza da nossa conveniência política, não estariam aí envolvidos grandes sentimentos. Era um toma lá dá cá com interesses de parte a parte.

A questão do financiamento dos partidos é capital nas sociedades democráticas, mas ainda o é mais nas sociedades autocráticas em

transição. Os governos e as organizações internacionais recuam, por repulsa ou preconceito, sempre que se trata de auxiliar movimentos de oposição armada, mesmo que seja para os levar à mesa das conversações ou para os encaminhar para a paz. Não compreendem que, nalguns casos, a ajuda a estas oposições acaba por reverter também a favor dos governos, abrindo aos guerrilheiros outra perspectiva de luta que não a guerra.

A beira do caos

Mas se faltavam recursos à RENAMO, também faltavam a todo o povo de Moçambique. Para responder à caótica situação económico--social causada pela guerra e pelo regime socialista, entra em execução, em Janeiro de 1987, o chamado PRE - Programa de Reabilitação Económica do Governo. Tratava-se de um conjunto de medidas que incluía as habituais receitas económico-financeiras reformistas. Mas o PRE era ambíguo, ao procurar acautelar, pelo menos na forma, a ortodoxia socialista das medidas. A linguagem era de cobertura oficial, baseada em documentos e decisões do Partido FRELIMO.

Rezava o documento, por exemplo, que a principal causa dos problemas do país era «*o imperialismo que através da RAS impunha a guerra, com o objectivo de travar os sucessos e os triunfos da revolução*».

Mas além do omnipresente «imperialismo» havia também «*os erros a nível micro-ineficiência, indisciplina, improdutividade, deficiência de controle, corrupção*». Ou seja, os culpados eram os suspeitos do costume: o imperialismo e o nível de execução, uma vez que «*o Partido FRELIMO definira correctamente os caminhos, as prioridades e os objectivos*», e os trabalhadores tinham sido «*correctamente mobilizados para as tarefas de produção*» e a classificação da economia tinha permitido «*definir sempre as prioridades, concretizando as directivas do Partido*».

Não era unívoca, a nível da direcção do partido, a interpretação e as expectativas sobre o PRE: havia os que o viam como uma variante da NEP (Nova Economia Política) soviética, permitindo um regresso,

mais tarde, passada a conjuntura, ao socialismo puro e duro, e os que o consideravam o início da liberalização económica e da abertura política. Tratava-se, na prática e na intenção, de reduzir deficits, sanear contas públicas, dar prioridade às exportações, flexibilizar salários e preços, e abrir crédito ao investimento externo e à privatização de empresas públicas.

Por esta altura e em consequência, multiplica-se o número de ONGs e de cooperantes estrangeiros em Moçambique: são então cerca de 3000, com salários conjuntos anuais de 150 milhões de dólares, o equivalente aos salários de 100000 funcionários públicos ou ao valor das exportações em 1991.

A guerra continuou e intensificou-se, e os gastos com as Forças Armadas (30% do Orçamento Geral do Estado em 1986) passam em 1990 para 40%. A dependência exterior aumenta e em 1989-1990 o Estado é financiado em 65% pelos donativos exteriores. Quanto à ajuda alimentar, cobria 75% da oferta cerealífera. Em 1992 — o ano da paz —, Moçambique era o 146.º país (num total de 160) na lista do índice de Desenvolvimento Humano do PNUD.

Esta situação de fundo é um motor para acelerar as negociações. É ela, mais do que as teóricas e bem intencionadas reflexões sobre a superioridade moral da paz em relação à guerra, que vai levar a FRE-LIMO - sobretudo os seus elementos mais realistas - a ultrapassar os preconceitos legalistas e as fórmulas maniqueístas sobre o seu direito e a perversidade dos seus inimigos.

E assim se entra, em 1992, nas questões políticas substanciais: organização dos partidos políticos, lei eleitoral, questões constitucionais. O modelo de discussão e solução vai-se normalizando: à partida, há geralmente um choque de posições de princípio, com Guebuza mais autoritário e peremptório e Domingos recalcitrante e desconfiado. Sempre latente está o conflito dialéctico entre o conceito de uma ordem existente, que o governo quer adaptar às negociações e ao seu resultado, e o princípio da RENAMO, que considera o *status quo* ilegítimo e quer construir a partir da estaca zero. Ainda que às vezes Dhlakama seja chamado para esclarecer e decidir pela RENAMO, os dois chefes negociais vão resolvendo e arrumando as conclusões em protocolos de entendimento.

À medida que os meses correm, cresce também a ansiedade dos moçambicanos e a pressão internacional para que se conclua o processo. Na verdade, a FRELIMO parece ter mais pressa que a RENAMO, o que é normal: é a FRELIMO que tem o país, que legalmente governa, no caos. Os guerrilheiros querem também a paz, mas até ao dia em que a guerra acabar e depuserem as armas têm que ter garantias - de liberdade, de segurança e de organização como partido político. Porque as armas são o seu único meio de pressão a substituir por garantias internas e sobretudo externas. Dhlakama insiste neste ponto — quer os países importantes no barco das negociações. Assim, entram para observadores os Estados Unidos, a França, a Grã-Bretanha, Portugal e as Nações Unidas. Isto dá-se a 10 de Junho de 1992. Nesta altura crescem as delegações -15 para o Governo, 11 para a RENAMO. Nessa sessão de 10 de Junho, Guebuza insiste na urgência de avançar com as questões militares, tema em que os «técnicos» americanos, ingleses e italianos já partiram muita pedra. Quer-se um exército único, com participação igual das duas partes. A FRELIMO quer 50.000 homens, a RENAMO 15 000. Ficará próximo dos 20 000. Explica o general Chipande:

«O exército acabou por ficar mais pequeno do que o que se esperava, mas a integração do pessoal militar foi mais fácil do que a dos políticos... Foi mais fácil os militares compreenderem por causa da caserna. 24 sobre 24 horas de caserna. Enquanto os políticos estão ali e depois cada um vai na sua vida, cada um para casa dele, lá na povoação dele, vai na cerimónia e depois vai para a casa, os militares não, estão a discutir, decidem mas estão a implementar, 24 sobre 24 horas, na caserna.»

Mas as negociações por vezes arrastam-se em longas discussões circulares e bizantinas à volta de incidentes vários, como os ocorridos nos «corredores humanitários». A medida que as coisas se aproximam do desfecho, tudo parece estar em risco - ressuscitam arrogâncias, medos e desconfianças de parte a parte que ameaçam pôr todo o processo em cheque. Com a RENAMO fomos conseguindo resolver vários problemas. Mas, a dada altura, é a FRELIMO que, perante as exigências constituintes da RENAMO, ameaça bloquear as negocia-

ções, invocando que afinal são eles, FRELIMO, os fundadores do país e os homens da independência, que os seus interlocutores não passam de uns rebeldes apoiados pelos párias do *apartheid* e que a igualdade moral e jurídica entre as duas partes está fora de questão.

Por estes tempos - e por estas razões —, eu conversava regularmente com o António Dias da Cunha, líder do Grupo Entrepasto, um grupo económico com vastos interesses em Moçambique. O António era um homem politicamente à esquerda, próximo de Mário Soares e do PS, e com uma longa relação e fácil aproximação a Chissano e à FRELIMO. Mas o nosso entendimento, baseado no respeito mútuo, na franqueza e na vontade de resolver o problema, era bom. Comentávamos os novos obstáculos surgidos quando eu, perdendo alguma compostura e correcção linguística, desabafei uns impropérios sobre a cegueira dos que sacrificavam à letra da lei e ao quererem «ficar por cima» o sucesso de uma negociação tão difícil de levar até ali. Uma negociação que, se não fosse concluída, transformaria Moçambique numa terra queimada, numa terra de ninguém, fragmentada por uma guerra de todos contra todos.

Aí, muito a sério, Dias da Cunha disse-me: *«Oh Jaime, importa-se de repetir o que acaba de me dizer ao Jacinto Veloso?»* «*Olhe, António, desde que seja útil para resolver as coisas, já falo com quase toda a gente. Falo com certeza!*» «*E importa-se de ir ter com ele ao Ritz?»* «*Não. Pouco me importam as minhas importâncias quando estão em questão coisas verdadeiramente importantes! Se acha útil...*»

E assim foi. Marcou-se a reunião e fui ter com Jacinto Veloso ao Ritz. Começou a conversar, com alguma reserva, e eu fiz-lhe o seguinte discurso:

«Senhor Ministro, tanto quanto eu posso avaliar de fora, mas com algum conhecimento da causa, Moçambique está um caos, e para a economia de Moçambique se levantar é preciso investimento externo. Ora, depois que acabou a URSS e a Guerra Fria, os investimentos e as empresas ou são dos seus donos, que os administram, ou são sociedades anónimas dirigidas por gestores responsáveis perante os seus accionistas. Quando o Senhor e os outros ministros de Moçambique os receberam para lhes mostrarem os vossos códigos 'business friendly',

as vossas leis, as 'boas políticas' do PRE, eles vão ouvi-los educadamente. Mas no fim vão dizer assim: 'Olhem lá, mas vocês não têm cá uns tipos, uns guerrilheiros, que atacam as estradas, rebentam os comboios, não deixam a vida seguir normalmente? Que lhes aconteceu?' Se o Senhor lhes disser: 'Já os matámos e prendemos a todos, são história!' ou 'Já fizemos as pazes com eles, estão no Parlamento e amanhã até podem entrar aqui no Governo, está tudo sob controle!' então passa à fase seguinte da conversa — a mais interessante — sobre projectos e dinheiros! Mas se lhes disser: 'Sabe, eles são péssimos, trabalham para o apartheid, fizeram coisas horríveis... E vamos com a vossa ajuda, acabar com eles. E só uma questão de tempo.' Aí eles dizem-lhe: 'Pois bem, quando tiver acabado com eles — matando-os, negociando, integrando-os ou dando-lhes algum poder —, voltaremos a falar. Até lá... Passem muito bem!'

Quando eu acabei, Jacinto Veloso olhou-me e disse: «*Interessante! ~Nunca ninguém me tinha posto o problema assim!*»

E despedimo-nos. Depois disto Veloso voltou a cruzar-se comigo várias vezes, e sempre me sublinhou a importância daquele nosso encontro para o desfecho das coisas.

Corrida final

Em pleno Verão romano e perante os obstáculos surgidos, há outra vez pressões para um encontro ao mais alto nível entre Chissano e Dhlakama, o que em culturas tradicionais como as africanas em que o Chefe manda efectivamente e a delegação de poderes é complicada, fazia todo o sentido. O animador deste encontro vai ser Robert Mugabe, que em 4 de Julho se tinha encontrado com Dhlakama em Gaborone, no Botswana.

Mugabe parece gostar de Dhlakama pessoalmente e propõe-se fazê-lo encontrar-se com Chissano. O encontro dá-se em Roma, com uma agenda preparada por Mocumbi, ministro dos Estrangeiros de Moçambique, e por Domingos, pela RENAMO. Dhlakama cede ao calendário do governo e compromete-se a aceitar uma data limite - 1 de Outubro desse ano de 1992 — para a assinatura do Acordo Geral

de Paz. Chissano, em troca, aceita as mudanças na Constituição que a RENAMO reclama, como o desaparecimento de vários artigos constitucionais que partidariam o Estado moçambicano. A declaração conjunta é assinada a 7 de Agosto. Recorda Dhlakama:

«Depois de vários contactos indirectos, a minha primeira conversa pessoal com Joaquim Chissano foi no dia 4 de Agosto de 92, num hotel, em Roma.

A conversa foi preparada e mediada por Robert Mugabe, que era nessa época uma pessoa com créditos. Começámos a conversar a seguir ao jantar e estivemos juntos durante toda a noite. Quando amanheceu já éramos amigos! Já ríamos e tudo!

No início da conversa o presidente Chissano perguntou-me: 'porque é que o Senhor está a fazer a guerra?' Ao que eu respondi: 'porque é que o Senhor é comunista?' Depois desse começo, um pouco duro mas aberto, começámos a entender-nos muito bem, e hoje posso afirmar que se as negociações tivessem sido feitas directamente por nós os dois, ao invés de termos enviado representantes, teriam sido muito mais rápidas e fáceis.»

O presidente Joaquim Chissano também se lembra bem deste 4 de Agosto em Roma:

«Estava lá o Mugabe. O Dhlakama foi trazido para Roma pelo Tiny Rowland. Então o Tiny Rowland entrou com ele na suite do hotel onde estávamos e apresentou-o ao Mugabe. O Mugabe aperta-lhe a mão, cumprimenta-o e apresenta-mo. Lembro-me de lhe perguntar antes lhe apertar a mão: 'Você quer a paz?' E ele, surpreendido por eu começar assim, sem mais, a conversa, fez uma pausa e depois respondeu com firmeza: 'Sim, quero a paz.' Então eu disse-lhe: 'Aqui tens a paz.' E foi assim que eu apertei a mão dele. Ele sentou-se e determinámos ali que iríamos conversar sobre os impasses que existiam. Tratava-se de ver quando é que iríamos concluir as negociações. E pronto, tudo correu bem e combinámos que nos íamos encontrar com os mediadores.

Os contactos que eu tinha tinham-me dado a conhecer que Dhlakama era um homem capaz, alguém com quem se podia falar, dialogar politicamente. Eu estava convencido disso. E creio que foi em respos-

ta à Melissa Wells, embaixadora dos Estados Unidos, que eu uma vez disse: 'Eu nunca tive dúvida de que o Dhlakama fosse um homem capaz, porque eu estaria envergonhado se estivesse a combater com um estúpido!...' Portanto estava a combater com alguém que eu tomava a sério, que tinha que ser tomado a sério, alguém que era um adversário — um inimigo, nessa altura — que nunca desprezámos nem menosprezámos. Esse encontro em Roma foi em Agosto quando ainda havia muitos impasses e foi importante...»

Mas na declaração conjunta assinada a 7 de Agosto restavam ainda alguns pontos quentes e difíceis, como os Serviços Secretos, a composição do exército e sua denominação, a estrutura do comando da polícia e a administração dos territórios sob controle da guerrilha no período pré-eleitoral.

Por isso as semanas finais vão ser uma maratona para cumprir o prazo e assinar a 1 de Outubro. Consegue-se concordância de princípio sobre os efectivos militares e seu recrutamento. Mais complicada é a questão da Segurança do Estado, que entretanto mudara de nome, passando de SNASP a SISE: Dhlakama quer o seu completo desmantelamento, Chissano opõe-se. Também não há acordo sobre a administração temporária das zonas controladas pela guerrilha, mas, para a polícia, parece viável uma solução mista integrando elementos da RENAMO na estrutura.

Perante estas incertezas e a pressão dos mediadores, Chissano e Dhlakama voltam a encontrar-se, desta vez em Gaborone, no Botswana, a 18 e 19 de Setembro. E aqui há compromisso, embora baseado num adiamento das questões de fundo:

«Voltámos a encontrar-nos em Gaborone, no Botswana, em Setembro», diz Dhlakama, «e aí já nos considerávamos verdadeiramente irmãos.

Mas o que a RENAMO queria e eles negaram sempre era um governo provisório, de transição, para preparar as eleições. Houve uma grande vontade da RENAMO para aceitar as condições dos Acordos Gerais de Paz, que não eram as melhores para nós. Nessa época, alguns dos meus generais perguntavam-se porque é que, em vez de estarmos a negociar a paz com os vencidos, não preparávamos uma invasão de Maputo e pronto, acabávamos com eles e ficávamos a governar para

instaurarmos a democracia e os direitos humanos. Eu dizia-lhe que não, que o objectivo da nossa luta não era conseguir o poder pelo poder, mas sim por ideias, para que Moçambique se tornasse um país livre, democrático, com respeito pelos direitos humanos e com um sistema de economia de mercado.

Dizia-lhes também que, por causa da propaganda da FRELIMO, que nos chamava 'bandidos armados', amigos do Smith e do apartheid, e por causa da falta de apoios internacionais, uma invasão da capital poderia ser muito mal entendida.»

Embora com uma linguagem simpática de recomendações sobre a sua gestão com critérios dignos de uma ONG de protecção a idosos, o SISE mantém-se. Há despartidarização e reestruturação da polícia civil, com garantia de participação de pessoal da RENAMO e a promessa de uma comissão de verificação para estes organismos. Estabelece-se finalmente o número de efectivos do exército (30 000 militares), mas não há referência à administração das zonas da RENAMO.

A ideia que fica é a de que Chissano fez prevalecer os seus pontos de vista e Dhlakama não parece muito satisfeito. Mas depois de algumas hesitações, reafirma-se a data de 1 de Outubro para a solene assinatura do Acordo de Paz. Contudo, nas vésperas da assinatura as coisas parecem outra vez tremidas. Dhlakama escreve aos mediadores solicitando e justificando mais alguns dias de espera: precisa de esclarecimentos e garantias. A carta é recebida a 28 de Setembro, mas Ra-ffaelli, Zuppi, Ricardi e Gonçalves são intransigentes, pedindo ao líder rebelde que de qualquer modo esteja «*em Roma até 1 de Outubro*».

O chefe da RENAMO acaba por aceitar. Chega a Roma a 1 de Outubro no avião de Tiny Rowland. Chissano já lá está.

No sábado, 3 de Outubro, no meio dos primeiros resultados das eleições angolanas e da preocupação de tirar rapidamente Savimbi de Luanda para o Huambo, voo para Roma, com a Zezinha. A Maria do Carmo Jardim já lá está com uma irmã, a Leonor.

As notícias são que Dhlakama não quer assinar, pois não vê no quadro de direitos e garantias para o período de transição nada sobre o financiamento à RENAMO, que vai ter de sair das matas e

transformar-se em partido político. Outras questões do SISE e da polícia já tinham sido entretanto resolvidas. A administração das zonas caberá ao governo central, mas os seus delegados, em princípio, serão da RENAMO.

Explicámos a Dhlakama que não era possível, num documento oficial, explicitar o financiamento da RENAMO, mas que, nesta altura, ele não podia deixar de assinar sob pena de ser apontado como o mau da fita. Aceita, contrariado, mas realisticamente.

Dão-se os últimos retoques nos discursos e a Carmo Jardim escolhe o fato e a gravata de Dhlakama e o vestido da Rosaria para a cerimónia. A 4 de Outubro, um domingo de sol das famosas *Otobrine*, Roma está em festa também por Moçambique.

Lembra Raul Domingos:

«Quando nós tivemos conhecimento de que nos podíamos encontrar finalmente frente a frente com uma delegação da FRELIMO, o nosso sentimento foi um sentimento de vitória, porque durante muitos e muitos anos de luta não se vislumbrou a possibilidade de chegar ao fim. Com a agravante de que praticamente todo o mundo estava contra nós. A América, que devia estar do nosso lado, estava contra nós... E depois, com todo aquele desfile de americanos com o relatório Gersony, o relatório Minter, tudo isso parecia o fim da RENAMO.

De um momento para o outro, há uma luz ao fundo do túnel, começam os contactos no Quénia que levam ao encontro directo em Roma. Quando esse encontro se deu houve de facto esse sentimento de vitória: finalmente conseguimos! E aí começaram todas as negociações que levaram dois anos. Foi preciso encontrar uma agenda que acomodasse todas as preocupações e que levasse a um acordo que se pode dizer que foi um bom acordo. Custou, muita gente achava que nós íamos perder o comboio porque estávamos a atrasar, porque Angola já tinha conseguido o acordo de Bicesse e porque o mundo nos ia esquecer. Mas contrariamente a todas as expectativas nós conseguimos um acordo duradouro. Já lá vão 16 anos.

Também porque, ao contrário de Angola, não havia interesses de grandes potências implicados na mediação, foi uma negociação quase que privada mas sem interesses, uma mediação, vamos lá, descom-

prometida. No caso de Moçambique o único interesse do mediador era a paz. E isso faz a diferença.»

E os sinos tocam em Roma por Moçambique, bem alegres na manhã desse 4 de Outubro.

Nós estamos também contentes e sobretudo aliviados. E fomos almoçar, ali mesmo, numa *pizzeria* do Borgo Pio.